

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

A senhora Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 6.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 7 e 8.

A senhora Vereadora Andreia Dias Graça (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 9 a 12.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Deliberação n.º 449/2024 – Proposta n.º 28/2024 – GAP – Moção - Pelo reconhecimento imediato do Estado da Palestina**
  - 2. Deliberação n.º 450/2024 – Proposta n.º 29/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental da Marina de Setúbal**



3. **Deliberação n.º 451/2024 – Proposta n.º 30/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto “Operação de Loteamento do Casal das Pedreiras”**
4. **Deliberação n.º 452/2024 – Proposta n.º 31/2024 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas – Setúbal 2024**
5. **Deliberação n.º 453/2024 – Proposta n.º 32/2024 – GAP – “Fornecimento de combustíveis rodoviários ao abrigo do Lote 1 do Acordo-Quadro de fornecimento de combustíveis rodoviários em Portugal Continental, celebrado pela ESPAP para o ano de 2025” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**
6. **Deliberação n.º 454/2024 – Proposta n.º 33/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de aluguer e higienização de fardamentos de trabalho” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar.**
7. **Deliberação n.º 455/2024 – Proposta n.º 34/2024 – GAP – Integração dos Serviços Municipalizados de Setúbal no Regulamento Municipal da Proteção dos Dados Pessoais do Município de Setúbal**
8. **Deliberação n.º 456/2024 – Proposta n.º 12/2024 – GADSEA – Apoio financeiro à União das Freguesias de Setúbal para aquisição de equipamento para Serviços de Limpeza Urbana – 2.ª Edição do Prémio Selo Verde**
9. **Deliberação n.º 457/2024 – Proposta n.º 13/2024 – GADSEA – Aditamento do contrato interadministrativo com a AMRS sobre a Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera**
10. **Deliberação n.º 458/2024 – Proposta n.º 14/2024 – GADSEA – Prorrogação do prazo oficial de consulta pública do Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal**
11. **Deliberação n.º 459/2024 – Proposta n.º 87/2024 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
12. **Deliberação n.º 460/2024 – Proposta n.º 88/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 111, do Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal**
13. **Deliberação n.º 461/2024 – Proposta n.º 89/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Terroa (Peixe Frito), na Rua Serra da Arrábida, n.º 106, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
14. **Deliberação n.º 462/2024 – Proposta n.º 90/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Bairro do Casal das Figueiras, na Rua Abel Viana, n.ºs 22 e 24, da União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 463/2024 – Proposta n.º 91/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Pote d’Água, na Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71 – 4.º C, fração “T”, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
16. **Deliberação n.º 464/2024 – Proposta n.º 92/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Pote d’Água, na Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 4.º B, fração “S”, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
17. **Deliberação n.º 465/2024 – Proposta n.º 93/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Terroa**

- (Peixe Frito), na Rua Serra de São Luís, n.º 3, Bairro 1.º Maio, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal
18. Deliberação n.º 466/2024 – Proposta n.º 94/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contrato de arrendamento – Serviços Municipalizados de Setúbal
  19. Deliberação n.º 467/2024 – Proposta n.º 95/2024 – DAF/DICONT/SERGEP/DURB – Alienação de 7 lotes de terreno, para construção, sítios na Nova Azeda, Freguesia de São Sebastião, em Setúbal
  20. Deliberação n.º 468/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 – Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas referente ao ano de 2023
  21. Deliberação n.º 469/2024 – Proposta n.º 17/2024 – DEB/DIGEPE – Projeto piloto – Ocupação de tempos livres para crianças com necessidades específicas
  22. Deliberação n.º 470/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico 2024/25
  23. Deliberação n.º 471/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DEB/DIGEPE – Alteração à constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025
  24. Deliberação n.º 472/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DEB/DIGEPE – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho – Ano letivo de 2024.25
  25. Deliberação n.º 473/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DOM – CP 23/2024/DOM – Empreitada “Construção do Campo Júlio Tavares - Praiense” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público
  26. Deliberação n.º 474/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DOM – CPCC 11/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-Construção do Mercado de Brejos de Azeitão” - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato
  27. Deliberação n.º 475/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DOM – CPCC 12/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-Construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas” - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato
  28. Deliberação n.º 476/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DOM – CP18/2024/DOM – Empreitada “Pavilhão João dos Santos” - Aprovação do relatório único, adjudicação e aprovação da minuta do contrato
  29. Deliberação n.º 477/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Euclides Lourenço Évora Soares
  30. Deliberação n.º 478/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DOM – CPCC 15/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-construção do auditório de Azeitão” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato
  31. Deliberação n.º 479/2024 – Proposta n.º 83/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta Prévia n.º 122/2024/DAF/DICOMP/SECOMP - Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota Municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2024/2025, ao abrigo do lote 2 do acordo quadro AQ-CR-2023, da ESPAP – PAQ N.º 1509/2024/DITEM
  32. Deliberação n.º 480/2024 – Proposta n.º 85/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 24/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços para elaboração de projeto de execução de arquitetura e especialidades para a Escola Básica 2/3 Barbosa du Bocage - Abertura



33. Deliberação n.º 481/2024 – Proposta n.º 101/2024 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Troia 2024 - Ratificação
34. Deliberação n.º 482/2024 – Proposta n.º 102/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Alta Competição às modalidades desportivas coletivas – Época desportiva 2023-2024
35. Deliberação n.º 483/2024 – Proposta n.º 103/2024 – DCDJ/DIDES – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal – Consulta pública
36. Deliberação n.º 484/2024 – Proposta n.º 104/2024 – DCDJ/DIDES – Federação Portuguesa de Damas - Apoio financeiro
37. Deliberação n.º 485/2024 – Proposta n.º 105/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico
38. Deliberação n.º 486/2024 – Proposta n.º 106/2024 – DCDJ/DICUL – XX Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal – Apoio financeiro
39. Deliberação n.º 487/2024 – Proposta n.º 107/2024 – DCDJ/DIDES – Moto Clube de Setúbal – Encontro Motard - Apoio financeiro
40. Deliberação n.º 488/2024 – Proposta n.º 82/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal
41. Deliberação n.º 489/2024 – Proposta n.º 84/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão – Declaração de caducidade da adjudicação e consequente decisão de adjudicação ao 2.º classificado
42. Deliberação n.º 490/2024 – Proposta n.º 86/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 33/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em edifícios desportivos, pelo período de 26 meses - Abertura
43. Deliberação n.º 491/2024 – Proposta n.º 153/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “paragem e estacionamento proibidos”, na Rua do Gaz
44. Deliberação n.º 492/2024 – Proposta n.º 154/2024 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 85m2 em empena - Processo n.º 62/23
45. Deliberação n.º 493/2024 – Proposta n.º 155/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 10/20
46. Deliberação n.º 494/2024 – Proposta n.º 156/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 - Processo n.º 639/16
47. Deliberação n.º 495/2024 – Proposta n.º 157/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 640/16
48. Deliberação n.º 496/2024 – Proposta n.º 158/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 642/16
49. Deliberação n.º 497/2024 – Proposta n.º 159/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 643/16
50. Deliberação n.º 498/2024 – Proposta n.º 160/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 646/16
51. Deliberação n.º 499/2024 – Proposta n.º 161/2024 – DURB/GARIU – Continuidade de 3 painéis publicitários
52. Deliberação n.º 500/2024 – Proposta n.º 162/2024 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 49m2 em empena - Processo n.º 84/22



53. **Deliberação n.º 501/2024 – Proposta n.º 163/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 90/24**
54. **Deliberação n.º 502/2024 – Proposta n.º 164/2024 – DURB/GAGEF – Levantamento de suspensão da licença de loteamento – Alvará de loteamento 01/1996 - Processo n.º 707/92**

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 14;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 15;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo registado sob o n.º 16;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo registado sob o n.º 17;
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 18;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 19;
- g) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 20;
- h) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 21;
- i) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Urbanismo (DURB), incluindo alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 22 a 24.

### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Presidente** – Deixou uma nota de grande preocupação por algo que acontecia no nosso concelho. Infelizmente não era novo, mas era uma situação que se agravava, dia após dia, e, não podiam deixar de manifestar profunda preocupação pela situação que ocorria no Hospital de Setúbal, em particular no que dizia respeito às urgências e à obstetrícia.

Era uma situação que não era admissível, que um governo, ou sucessivos governos, naquele caso dois governos, porque aquele problema atravessou o anterior Governo e atravessava o atual, que ao longo daqueles 3 ou 4 anos não tivessem conseguido resolver um problema que era conhecido, e que teve a manifestação em Setúbal, as chamadas de atenção, para os problemas que ocorreram, com o envolvimento dos médicos, dos diretores de serviço, de que toda a situação se agravava de mês para mês. E, não conseguiram tomar as medidas

necessárias para evitar uma situação tão drástica que era o encerramento das urgências durante aquela semana, era extremamente grave.

O que lhes tinha sido dito, nas várias reuniões que tiveram com o anterior Ministro, foi que progressivamente se iria resolver aquele problema e, que se entrava no regime de num fim de semana se encerrar as urgências num hospital, noutra fim de semana outro na região, e que dessa forma se iria fazer um caminho, no sentido de atingir a normalidade.

Aquilo que verificavam era que tudo se agravou, nada se resolveu, e não havia nada que lhes dissesse que estivesse para ser resolvido no imediato. Por isso, quis manifestar publicamente, naquele início da reunião de Câmara, profunda preocupação e disponibilidade para que se aquela situação não fosse alterada tomarem posições mais drásticas, da iniciativa do Município, com os profissionais de saúde e envolvendo a população no sentido de exigir que fossem tomadas medidas, por quem tinha essa responsabilidade e conhecia a situação há vários anos, e que, a situação em vez de ser resolvida se agravava.

Deixou aquela manifestação de grande preocupação e revolta, no sentido de quem tinha aquela responsabilidade de intervir rapidamente.

Solicitou à senhora Ministra da Saúde, duas vezes, uma reunião com carácter de urgência em relação àquele assunto e a outros assuntos que afetavam os problemas da saúde dos setubalenses e azeitonenses.

Pediu uma reunião em maio, não houve resposta, e tinha presentemente voltado a pedir outra com carácter de urgência e, até ao momento, também não houve resposta. Isso não era forma de tratar problemas tão graves como era a resolução dos problemas da nossa população.

Por isso, ficava ali a manifestação de não aceitação daquela situação e, esperavam que urgentemente se tomassem medidas, ou pelo menos, que os recebessem para poderem expressar esse sentimento de revolta, relativamente à falta de medidas, no que dizia respeito ao nosso Hospital, mas, como sabiam era uma situação que afetava todos os hospitais da Península de Setúbal.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse acompanhar a preocupação que o senhor Presidente expressou, relativamente ao estado das urgências, particularmente as urgências de obstetrícia no Hospital de Setúbal e nos outros hospitais da região.

Era uma situação muito difícil aquela que viviam, e já a viviam há algum tempo, a situação não era nova, era um facto, mas tinha-se agravado e, a verdade era que quando tinham as urgências a funcionar num esquema de rotatividade, havia um mínimo de previsibilidade quanto aquilo que era a urgência que estaria aberta em determinado momento, naquele momento viviam uma situação que seria quase de pré-rutura daquilo que era a resposta hospitalar, naquele âmbito da urgência de obstetrícia. Uma situação de pré-rutura daquele serviço em todo o nosso território, a verdade era que, naquele momento, na Península de Setúbal não havia uma unidade hospitalar que estivesse disponível para dar resposta e, as grávidas do distrito, da Península de Setúbal, eram encaminhadas para unidades hospitalares na zona de Lisboa.

Apesar de naquele dia não terem presente a senhora Vereadora Rita Carvalho recolocou a questão do edifício devoluto na Rua Tenente Jean-Raymond, que levantou na última reunião de Câmara.

Questionavam sobre os perigos para a saúde pública que resultavam de ocupação daquele edifício por diversos animais, cima de tudo pombos.

As semanas de calor que viviam, nos últimos tempos, levaram a que o problema se tivesse agravado e, portanto, seria importante dar conhecimento àquela Câmara de quais é que foram as medidas já tomadas, o que já tinha sido feito, no sentido de garantir a salubridade quer do edifício, quer da vizinhança.

Outro tema que apanhou quase todos de surpresa, naquele fim de semana, foram surpreendidos com a notícia de que rede de água que servia um aglomerado populacional, na

zona de Vale de Mulatas, foi contaminada por uma fuga da rede de esgotos, na sequência da qual 9 pessoas teriam adoecido.

Era uma situação gravíssima, causava enorme alarme social, até porque todos diariamente se deparavam com fugas de água, com ruturas na rede de água, um pouco por todo o concelho. As redes de água e saneamento do concelho eram antigas, todos sabiam, eram também muitas vezes subdimensionadas para aquilo que era a carga que presentemente lhes era exigida.

Questionou o que tinha sido feito relativamente àquela situação, em que momento e de que forma pretendiam os Serviços Municipalizados mitigar aquela situação, referindo-se aquilo que foi o último parágrafo do comunicado que os Serviços Municipalizados emitiram no fim de semana e questionou, também, se os mesmos Serviços Municipalizados dispunham de algum instrumento de monitorização que permitisse identificar ruturas na rede de água e saneamento antes dessas serem visíveis a olho nu por quem passava na rua e, portanto, que permitissem de alguma forma fazer uma intervenção mais cedo, e evitar que esses problemas surgissem.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que se associava à preocupação, que não era nova, daquele executivo municipal no seu todo, relativamente à questão das urgências em Setúbal. Sem hipocrisias, de facto, era uma situação que urgia resolver, e que esperava que fosse resolvida.

O problema era que *“Roma e Pavia não se fizeram num só dia”*, e quando as coisas vinham destrambelhadas de trás, eram mais difíceis de compor, portanto, foi com alguma surpresa que viu algumas publicações, nomeadamente, nas redes sociais, relativamente àquele tema, vindas, nomeadamente, de pessoas ligadas ao Partido Socialista, percebia a preocupação, sabia que era genuína, mas, conforme a reação das pessoas nessas mesmas redes, tinha sido de estupefação atendendo, ao facto de o atual Governo ter cerca de 3 meses e, portanto, não conseguir resolver um problema que não tinha sido resolvido e 8 anos.

Ficava aquela menção, aquela preocupação de todos, mas ficava também a esperança que a questão pudesse ser resolvida.

No entanto, pensava ser de relevar, e esse número não tinha sido posto em causa de forma nenhuma, que, pelo menos no que dizia respeito às listas de espera de pessoas que tinham problemas cancerígenos, oncológicos, houve uma recuperação rápida naqueles 3 meses, relativamente a essas listas de espera que eram enormes. Pelo menos aí já havia um sinal de que alguma coisa mudava.

Relativamente às questões municipais, propriamente ditas, naquilo que dependia da nossa deliberação e, da nossa chamada de atenção, quis pedir informação ao senhor Presidente, e ao senhor Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, relativamente à questão da contaminação da água em Vale de Mulatas.

Voltou a solicitar aquilo que tinha sido pedido há um mês que era a informação relativamente à execução orçamental até meio daquele ano, portanto, até final de junho e, também, a lista de devedores e, os respetivos prazos de pagamento dos fornecedores da Câmara Municipal de Setúbal.

Realçou que o regulamento relativamente ao IMT jovem, pensava que terminaria a sua consulta pública a 31 de julho, e era importante que pudesse ser aprovado o quanto antes, de acordo com aquilo que tinha sido proposto na Câmara, no final do ano anterior, para que as pessoas até aos 35 anos pudessem usufruir desse benefício fiscal, no qual tinham sido inovadores, ainda antes de o Governo o ter aprovado, portanto, o que incluiria todo o ano de 2024.

Relativamente àquilo que tinha a ver com a limpeza e higiene, como mencionou na última reunião, tiveram várias queixas de munícipes, realçou uma em particular, que tinha a ver com a Rua das Alcaçarias, onde infelizmente, daquilo que lhes tinha sido descrito havia uma situação de grave de saúde pública, com lixo e bichos que, no fundo, estavam associados a esses problemas e, pediu que fossem resolvidos com relativa rapidez.

Ainda no que tinha que ver com questões municipais, propriamente ditas, deixou uma questão relativamente àquilo que era a construção do hotel na rotunda onde se inicia a Avenida da Europa, no rio da Figueira, porque também receberam diversas chamadas de atenção sobre o alçado, ou as varandas dessa construção praticamente em cima do lancil, entre essa rotunda e a Estrada que ia para São Paulo.

Questionou se a construção, que era feita ali, era legal, ou não, ou se era apenas uma ilusão de ótica o facto de parecer que aquele edifício estava praticamente em cima da estrada. Pensava que os serviços de fiscalização deveriam apurar o que ali se passava.

Muitas vezes naquelas reuniões de Câmara não abordavam os temas todos, aliás, não era possível abordá-los todos, mas não podiam desconhecer ambas as entrevistas dadas pela ex-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira. Não pelas entrevistas em si, não pelo facto de ter anunciado que ia apresentar uma candidatura autárquica, tinha todo o direito, mas, pelo facto de, e citou a entrevista que deu ao Setubalense, em que reafirmava que: *“o PCP deu-lhe aprendizagem, mas que relativamente àquilo que é o tema, considero eu, e o PSD também tem considerado, que era o tema deste mandato, relativamente ao estacionamento tarifado, que o estacionamento pago não é relativamente ao seu edifício, não tem a sua marca, a sua, a da ex-Presidente, bem como diz em determinado momento da entrevista que foi o senhor, neste caso é o atual Presidente André Martins, que começou a fazer todo o projeto em 2016. Presidente esse, segundo citando a mesma ex-Presidente, que diz que se fizesse esse contrato faria de forma diferente”*.

Inclusivamente, tinha sido mencionado que havia a utilização de um espaço de um particular, que pavimentou ou alcatroou, para servir de parque de estacionamento e que a era utilizado, esse espaço, que não faria parte da área a tarifar, mas era cobrado e colocados parquímetros, junto ao Largo José Afonso, curiosamente a Dra. Maria das Dores Meira chamou Parque das Escolas, ao Largo José Afonso.

Sabiam estarem no campo da política e que muitas vezes eram ditas coisas, mas eram acusações graves, e pensava que o executivo CDU deveria responder, nomeadamente o senhor Presidente. Não responder à senhora ex-Presidente, mas responder-lhes, sabendo que o que tinha sido afirmado era ou não verdade, porque teriam que tirar dali as devidas consequências.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que para fazer referência à matéria relativa a Vale de Mulatas, como deviam saber, se acompanharam as notícias, a situação de rutura verificada, e da contaminação verificada, não foi em Setúbal, foi em Palmela, numa rede de abastecimento que estava criada pelo protocolo entre Setúbal e Palmela para abastecimento de uma zona de Vale de Mulatas, que tinha 11 habitações, das quais 10 estariam habitadas. Foi uma rutura, como havia outras, Palmela tratou do processo, aquilo tinha uma situação que não era muito habitual em construção de infraestruturas, havia uma infraestrutura de esgoto paralela com uma infraestrutura da água, o que não era normal, a infraestrutura de esgoto devia estar afundada, devia estar a outra cota, era uma coisa muito antiga de fibrocimento, e houve uma contaminação.

Palmela fez os movimentos que entendeu necessárias fazer e, num ponto de entrega da água, entregou-lhes a água e disseram estar tudo ok, e eles distribuíram. Isso foi no dia 31, ao fim do dia, e no dia 1 de manhã tiveram reclamações dos munícipes a dizer que a água não estava em condições, quer pelo cheiro, quer pelo gosto. Acionaram, de imediato, os meios, mandaram fechar a água e fizeram a purga de água. Em princípio, pela análise do cloro, a água ficou em condições de consumo.

Cautelarmente entenderam que não deviam abrir a água para consumo humano, deram indicação às pessoas que deveriam utilizar a água exclusiva para outras funções que não o consumo humano, fizeram uma colheita dessa água, entregaram-na no laboratório e entenderam que, tendo em conta que havia uma contaminação do tipo biológico, que só devia haver consumo humano depois do delegado de saúde dizer que a água estava em condições e, depois da análise do laboratório.

Foi isso que aconteceu, na sexta-feira enviaram a água para o laboratório, na terça-feira, a água chegou analisada e, de facto, estava em condições de consumo humano e, o delegado de saúde deu orientação de se poder consumir.

Entretanto, fizeram em articulação com os moradores, as purgas das respetivas habitações através da abertura de torneiras, etc. Aquele era um processo em que o acontecimento em si não era da responsabilidade deles, as consequências caíram-lhes em cima. O que fizeram e faziam foi garantir o bem-estar dos moradores.

Houve 9 moradores que tiveram indisposições, 2 foram mesmo ao hospital. Estavam todos bem, naquele momento, não havia nenhum problema com nenhum deles.

No dia anterior fizeram uma reunião com todos, conversaram, visto os acontecimentos, fizeram esclarecimentos e, sossegaram as pessoas.

Todos reconheciam que a água que tem vindo de Palmela, nos últimos 12 anos que era o tempo de protocolo, que tinham aquela ligação tem sido excelente, todos entendiam que foi um acontecimento fortuito e infeliz, de qualquer maneira poderia ter sido muito grave, acabou por ter uma gravidade limitada, mas desde que houvesse uma pessoa com problemas não era aceitável, a segurança da água era uma questão essencial à vida.

Naquele momento, a questão que estava debelada. Houve intervenções de comunicação, com quem falaram e explicado a situação, o primeiro órgão de comunicação social, que noticiou, ignorou tudo o disseram, fez de conta que eles não existiam.

O segundo, referiu coisas que disseram, e referiu que a situação estava resolvida. Um terceiro voltou a falar como se nada tivesse acontecido de novo e estivesse tudo mal, e houve um quarto que disse tudo ao contrário.

Portanto, houve uma certa confusão à volta disso.

A preocupação fundamental que tinham, além de proteger as pessoas, era explicar que aquele abastecimento de água era o ramal de água em exclusivo para aquelas habitações que vinha de Palmela e, não tinha nenhum contrato com a rede de água de Setúbal e, que era um assunto completamente confinado àquela pequena urbanização.

Foi isso que aconteceu, e era isso que deveria ter sido noticiado, porque disseram isso a toda a gente, e houve quem não quisesse saber disso e, tivesse noticiado como se água de Setúbal estivesse com problemas.

Teve um telefonema de um amigo do Porto a questionar o que se passava com a água de Setúbal. Pensava que tinha havido uma linha de desinformação, em vez de informação e, de algum alarme, numa situação confinada grave, do ponto de vista deles, mas confinada.

Foi muito importante a reunião do dia anterior com os moradores, aproveitaram para tratar de outros assuntos daquela urbanização, tiveram, mesmo um grupo de trabalho de acompanhamento e motorização.

Relativamente aos Serviços Municipalizados, a partir do momento em que foram informados fizeram tudo o que tinha de ser feito e, tinham o feito bem, e isso era reconhecido pelos próprios moradores que diziam que desde o momento que entraram os Serviços Municipalizados a coisa tinha-se resolvido. Considerava ser importante saber isso, e saber que a água que tem vindo de Palmela tem sido excelente, porque também monitorizavam essa água, e faziam análise dessa água, ao longo de todos aqueles anos. Era água do mesmo aquífero que o nosso, e o que se tratou, naquele caso concreto, foi uma situação pontual.

Felizmente estava resolvido, poderia ter tido consequências mais graves, mas não teve, e o que fizeram foi tomar medidas para uma atenção mais intensa e exigência de conhecimento de procedimentos com mais atenção. Tiveram uma reunião técnica com os colegas de Palmela para ver o que correu menos bem, enquanto os colegas de Palmela entendiam ter feito o que tinham de fazer e alguma coisa não correu bem.

Deixou aquela nota e, um certo alívio pela situação estar resolvida, visto que com a água não se brincava e, era uma questão essencial.

**Sra. Vereadora Patricia Paz** – Deu nota que a Festanima já tinha terminado no dia 21 de julho e na Avenida Belo Horizonte permanecia um contentor, que funcionou como WC, que



ocupava o passeio e, uma parcela da estrada. Seria importante remover o contentor, ou esclarecer o motivo pelo qual o mesmo permanecia no local.

Relativamente ao mobiliário urbano no Jardim da Lanchoa, no Largo do Parque Dr. Manuel Constantino Góis, já há algum tempo, no lugar dos bancos do jardim, estavam apenas as estruturas de ferro, sendo inexistente a madeira, não cumprindo a sua função. Seria importante, pela demora da reposição, perceber o que se passava.

Relativamente à intervenção de requalificação da estrada da Mitrena, que iniciou em maio de 2023, e com o prazo previsto de 400 dias, que deveria ter terminado no final de junho, o senhor Presidente visitou a obra, à cerca de sensivelmente 3 semanas, para verificar o impacto no trânsito, nas empresas, e nos trabalhadores.

No vídeo disponibilizado, nas redes sociais, para além do trânsito, fluir normalmente, acreditava que a visita não tivesse coincidido com a troca de turno, referia ser, como todos sabiam, uma via com muito tráfego, que o planeamento da obra era informado às direções das empresas para as pessoas serem prevenidas para os atrasos maiores na circulação.

No dia 2 de agosto, às 15 horas e 30 minutos, fez aquele percurso e ficou presa no trânsito, ainda na via de acesso, levou 40 minutos, ida e volta da Mitrena. Tinha-lhe sido transmitido por trabalhadores que continuava a ser frequente aquela situação, e não pontual, que a obra tinha paragens frequentes, que o ritmo era lento, e que as pessoas contabilizavam à volta de 5 trabalhadores diariamente a trabalhar no local.

Uma vez que os utilizadores continuavam com os mesmos problemas, que surgiram desde o início daquela intervenção e, uma vez que se prolongava para além do previsto, questionaram se o troço, como disse o senhor Presidente, que tinha quase 6,5 km, dos quais estavam concluídos 1500 metros, faltavam rotundas, ciclovias, quanto mais tempo seria necessário para a conclusão daquela obra de requalificação, tão fundamental na vida de tanta gente.

**Sra. Vice-Presidente** – Deu uma atualização relativamente à questão da habitação que estava devoluta na Rua Tenente Jean Raymond. Depois da última reunião de Câmara, os serviços estiveram no local, foram tiradas fotografias relativamente à questão dos pombos.

Efetivamente, não se conseguia fazer a intervenção naquele lugar, mas os serviços de fiscalização já tinham feito as notificações e os proprietários já tinham sido notificados, portanto, iriam aguardar pelos prazos legais para o proprietário poder responder e pudesse haver alguma intervenção.

De facto, parecia ser o prédio todo que estava devoluto e, tinha sinais que havia animais que permaneciam naquelas varandas e naqueles beirais.

Portanto, iriam aguardar pela notificação para depois trazerem alguma conclusão à reunião de Câmara.

Relativamente às questões que o senhor Vereador Paulo Calado colocou, na Rua das Alcaçarias, ficaram registadas.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que embora já tivesse passado, praticamente, uma semana, não quis deixar de registar, cumprimentar e saudar, naquela reunião de Câmara, a única que acontecia no mês de agosto, todos os que fizeram parte de mais uma grande edição da Feira de Sant'Iago.

Sabiam que as dinâmicas das cidades, os eventos e os acontecimentos que têm lugar eram também eles revestidos das circunstâncias dos tempos e daquilo que eram os quotidianos que, em cada momento da vida aconteciam e, por isso, não podia deixar de registar e de saudar, em particular, duas dimensões importantes.

A primeira aquilo que era irrefutável que era, independentemente da opinião que cada um tivesse, que a feira foi um sucesso naquilo que foram as dezenas, centenas de milhares de pessoas que ao longo dos 11 dias de Feira de Sant'Iago ali se dirigiram.

Tiveram várias faixas etárias, durante todos os dias, que desde os espetáculos a tudo aquilo que foram os acontecimentos, aos divertimentos à visita ao movimento associativo, uma presença que trouxe mais de 3 centenas de instituições da cidade e, que ali marcaram presença e, portanto, podiam sempre questionar entre o certo e o errado, podiam sempre

questionar aquilo que quisessem, não podiam questionar a verdade e os factos e, por isso, não podia deixar de em primeiro lugar, cumprimentar todos os setubalenses que ali fez questão de marcar presença, de todos os que também não sendo ali cidadãos, residentes, munícipes, decidiram fazer também, no seu período de férias, ou no seu período de descanso, uma visita à Feira de Sant'Iago, mas também uma palavra particular, porque aquela era uma feira, e era um evento que tinha como protagonistas na sua construção, os trabalhadores da autarquia de Setúbal e, por isso, saudava todos os que dos mais diferentes departamentos foram parte importante no sucesso, naquilo que foram os 11 dias da Feira de Sant'Iago.

Era uma demonstração de capacidade, de resiliência, de trabalho, que ano após ano, demonstrava a capacidade, também, de organização daquela Feira de Sant'Iago.

A propósito de um tema que o senhor Presidente levantou, disse gostar, com as responsabilidades que lhe assistiam, de reforçar as suas palavras e de dar nota que a saúde não podia ser alvo de hipocrisia e da demagogia e, portanto, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal tem sido o maior protagonista e, o principal denunciador daquilo que tem sido as circunstâncias com que, naquele momento, a ULS Arrábida e anteriormente, o Centro Hospitalar de Setúbal, Hospital São Bernardo, comumente referido tem sido confrontado com os profundos constrangimentos.

Era bom recordar que o anterior ministro da Saúde, numa reunião realizada naquela mesma Câmara, naquele edifício da Câmara Municipal, se comprometeu a que a situação provisória das urgências programadas, iriam ser ultrapassadas no prazo de 3 meses.

A situação não só não foi ultrapassada como se agravou, e com o novo Governo mantinha-se inalterável, e, portanto, não valia a pena exercerem a demagogia, não valia a pena, agora, responsabilizarem quem quer que fosse, aquele era o tempo de assumir as responsabilidades de resolver o problema, mas que fossem também todos responsabilizados por não ser dada aquilo que era a questão fundamental de ter no Serviço Nacional de Saúde, um propósito maior daquilo que era a democracia e, portanto, por vezes, ia custando a afirmação de que ainda comemoravam os 50 anos do 25 de Abril, da democracia do nosso país.

Mas preocupava-os, naquela autarquia, que amputando uma cidade, uma região, uma península, de serviços essenciais à saúde, a democracia era posta em causa e, os serviços básicos eram postos em causa e, portanto, da parte da Câmara Municipal, não teriam certamente a complacência nem a conivência com aquilo que era um direito fundamental de todos aqueles nossos concidadãos.

Ainda no exercício de demagogia, uma vez que estavam em período de férias, achava que em democracia também devemos dar os parabéns aos nossos adversários políticos quando, de facto, conseguiam concretizar e, portanto, e com todo o respeito, cumprimentou e deu os parabéns ao Partido Socialista que tinha conseguido fazer de uma ideia uma concretização e, portanto, viam com satisfação que conseguiu num painel colocado na Praia da Saúde, de uma ideia que tinham tido, concretizá-la em menos de 24 horas e, portanto, tiveram a ideia de tornar a Praia da Saúde numa praia urbana e, extraordinariamente, nesse mesmo dia, já tinham lá nadadores-salvadores, uma conceção e as pessoas a banharem-se.

Considerava que isso era um exercício extraordinário que valia a pena cumprimentar, quando a oposição conseguia concretizar uma ideia em menos de 24 horas e tornar essa possibilidade em algo de concreto.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não podia deixar de assinalar aquela intervenção do senhor Vereador Pedro Pina, porque lhe parecia que era uma intervenção um pouco desatenta. E, era desatenta, não em relação àquilo que o Partido Socialista fazia, isso sabiam que o Vereador Pedro Pina acompanhava com muita atenção, mas desatenta face àquilo que eram as intervenções dos seus colegas de bancada.

Recomendou, ao senhor Vereador, reavivar a memória, que recuperasse a intervenção da senhora Vereadora Rita Carvalho, precisamente sobre esse tema da Praia da Saúde, quando ali foi colocada a questão dos nadadores-salvadores.



A verdade era que o que ali tinham era um areal, mas não era uma praia, exceto se fosse a única praia do país que tinha um placar a dizer que a praia não era adequada a banhos.

Aquilo não eram águas balneares, apesar de ter uma prática balnear, não era uma prática balnear onde existia uma concessão, como o senhor Vereador afirmou, não havia uma zona de apoio balnear, não havia um espaço que estivesse a ser utilizado como apoio balnear, até porque, quando existiam essas concessões, como o senhor Vereador bem sabia, havia um conjunto de obrigações por parte do concessionário que eram de cumprimento obrigatório, não era o caso, aquilo que ali lhes tinha sido dito pelo senhor Presidente da Câmara, quando os nadadores-salvadores foram colocados é que teria sido por solicitação e não por obrigação, como decorria daquilo que era uma concessão de uma zona balnear, mas por solicitação do café/bar que ali estava instalado, para tentar garantir o mínimo de condições de segurança que não estavam garantidas e, a verdade era que, como o senhor Vereador bem sabia, aquela praia apresentava riscos pelas infraestruturas, pelas estruturas que estavam ainda enterradas e, que foram colocadas pelos estaleiros que ali estavam, naquele espaço, portanto, não era um espaço adequado para a prática balnear.

O senhor Vereador podia usar de uma certa demagogia, que criticou e dizer: *“basta colocar um outdoor para resolver o problema”*, a verdade era que não.

A verdade era que, para que aquilo tivesse condições adequadas à prática balnear e que pudesse efetivamente servir as necessidades dos cidadãos do concelho, e de quem os visitava, era necessário fazer um conjunto de intervenções que, naquele momento, não estavam no terreno.

**Sr. Presidente** – Disse agradecer as questões colocadas e que não tiveram resposta, porque não tinha ali essas respostas, mas ficava o registo e o agradecimento por serem colocadas.

Relativamente à questão, que o senhor Vereador Paulo Calado, colocou sobre as contas e sobre a lista dos fornecedores, supunha que isso seria um documento que estaria a ser preparado pelos serviços.

Relativamente à estrada da Mitrena e, à obra da Mitrena, disse que tem acompanhado e os serviços da Câmara também, a situação da obra da estrada da Mitrena. Era uma situação complexa e complicada, mas havia sempre a questão: *“enquanto não há obras todos querem as obras, quando as obras estão a decorrer, todos se sentem penalizados pelas obras e havia esta manifestação”*, de uma forma geral era assim.

Naquele caso, em particular, da estrada da Mitrena, todos sabiam a quantidade de veículos, sobretudo de veículos pesados, que circulavam ali todos os dias, eram centenas de veículos pesados que circulavam todos os dias, para além das viaturas ligeiras, na maioria utilizadas pelos trabalhadores das empresas. Sabendo das dificuldades daquela intervenção, teve uma reunião com os responsáveis das principais empresas e também com a empresa que tinha a responsabilidade da obra, no sentido de haver uma troca de informação sobre os períodos mais complicados na circulação.

O que tinha ficado comprometido e que pensava funcionar, era a informação que tinha, era quer a empresa quando intervinha, no sentido de ter maior impacto na circulação, antecipadamente, pensava que com 8 dias de antecedência, fazia circular essa informação aos dirigentes das empresas, e os dirigentes das empresas faziam circular nos vários departamentos, no sentido de que os trabalhadores, naquele dia, ou naqueles dias, estivessem informados de que ia haver aquele constrangimento maior.

O constrangimento do funcionamento de uma estrada que estava em obras, já sabiam que existia todos os dias, umas vezes mais, tendo em conta as várias questões que tinha de ser consideradas na intervenção, noutras vezes, com maior congestionamento.

Era essa a informação que ficou acordada de ser dada aos responsáveis das empresas e, de eles fazerem circular essa informação. Isso tem acontecido, há cerca de 8 dias esteve lá e falou com os responsáveis da empresa da obra, e disseram que essa informação era dada a 15 dias, o planeamento da obra, o desenvolvimento da obra, e dessa forma minoravam-se as dificuldades. Enquanto a obra não terminasse haveria sempre condicionamentos e, naqueles momentos, por exemplo, em que havia pavimento, tinha que haver um tempo, tinham de

encerrar a estrada para colocar as massas, e após colocadas as massas um tempo para estabilizar, e não havia nada a fazer.

Mas o que era importante era que as empresas e os trabalhadores fossem informados daquelas circunstâncias e achava que isso acontecia.

O que esperavam era que a obra acabasse o mais rapidamente possível, mas infelizmente, têm surgido alguns problemas que não estavam identificados inicialmente quando foi a elaboração do projeto, que tinha a ver com infraestruturas que não estavam cadastradas, e isso levantou alguns problemas.

E, quando disse que em alguns dias havia apenas alguns trabalhadores, eles identificavam a sinalizar e a salvaguardar essas infraestruturas que tinham de ser salvaguardadas e, tinham que ter uma identificação própria no funcionamento da obra, e por isso, nessa altura haveria menos pessoas a trabalhar na área da intervenção, por essa razão, era porque preparavam a intervenção que depois tinha que ser feita.

Teve uma reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas e tinha-lhe feito ver, e esperava que tivesse resposta, era que era necessário encontrar uma via alternativa à estrada da Mitrena, essa é que era a questão.

Todos sabiam que a estrada tinha passado há 2 anos para a gestão da Câmara Municipal, na véspera praticamente de iniciar a obra, e ao longo de todos aqueles anos, sabiam terem indústrias de atividade perigosa, estavam controladas e não havia grande dificuldade em perceber isso, que as empresas tinham profissionais e eram geridos e controlados os riscos, mas em qualquer momento poderia acontecer uma situação, felizmente nunca aconteceu nada de muito grave, mas se acontecer uma situação de maior gravidade em que a estrada fique intransitável a única possibilidade de saída era o mar. Transmitiu essa questão ao senhor Ministro e ele ficou muito sensibilizado para essa questão, era lamentável que nunca ninguém tivesse tratado daquela questão, e ele tinha-lhe dito que um dia que tivesse uma agenda para Setúbal, para a região, faria muito gosto em visitar, conjuntamente com os responsáveis das empresas que ali estavam, e não tinha dúvida nenhuma pela conversa que tem tido, que eles estariam disponíveis para se envolverem naquele processo de criação de uma via alternativa.

Na situação atual o que tinham era aquilo, tinham uma estrada onde tudo funcionava. Um dos responsáveis da Navigator tinha-lhe dito que só para aquela empresa circulava naquela estrada cerca de 400 camiões por dia: *“agora vejam a quantidade de empresas que estão ali, quantos mais camiões é que circulam”*, e depois havia as viaturas dos trabalhadores, os transportes públicos, que felizmente já tinha sido conseguido colocar transportes públicos ali a funcionar, antes não existiam, e, portanto, dentro daquilo que eram as responsabilidades da Câmara Municipal procuravam gerir aquilo, e não era fácil gerir uma situação daquelas.

Esperava que o senhor Ministro tivesse brevemente na sua agenda, uma visita à região e, que pudesse visitar aquela situação, conversar com os responsáveis das empresas e encontrarem, brevemente, uma solução que fosse uma via alternativa à estrada da Mitrena na ligação àquele polo industrial, tão importante para a região e para o país.

Sobre a questão da Praia da Saúde, assim chamada por todos, porque o nosso povo tradicionalmente chamava Praia da Saúde e, portanto, não havia nada a fazer, o que havia a fazer era criar as condições para que efetivamente fosse uma praia de uso para fins balneares.

A Câmara Municipal, em conjunto com o operador, entendeu tomar a iniciativa de fazer um caminho que levasse ao reconhecimento daquela praia, e à criação de condições. Para isso, convidaram a APA a fazer uma visita, acompanhada também, pelo senhor Comandante do Porto, e nas conversações que tiveram com a APSS todos concordaram, e todos assumiram responsabilidades de pôr aquele areal, com condições para as pessoas poderem tomar banho com mínimas condições de segurança e, por isso é que estava lá uma marcação de delimitação, até onde é que as pessoas podiam ir, e isso estava oficialmente reconhecido, foram colocados também os nadadores-salvadores, em qualquer emergência para poderem atuar e, portanto, estavam todos em sintonia no sentido de estarem criadas all as condições mínimas de segurança para as pessoas que utilizavam aquele espaço, aquele areal.

Tomaram, também, a iniciativa de junto da APA desenvolver os procedimentos com vista à realização de um estudo que identificasse a necessidade e as condições da intervenção para retirar àquilo que estava identificado, como algo de risco para o uso balnear daquela zona. Esse estudo estava a ser desenvolvido, e logo que o estudo fosse desenvolvido, haveria a intervenção no sentido de dizer, o quê e como fazer para criar as condições para o uso balnear do areal. Era um processo que decorria, havia um entendimento entre as várias entidades, incluindo com o operador, que era quem pagava os nadadores-salvadores, e, portanto, era uma parceria que existia. Havia um processo que estava a ser desenvolvido, os estudos tinham que ser feitos por gente credenciada, quando o estudo estivesse concluído haveria a identificação de o quê e como intervir, nessa altura haveria essa intervenção.

A situação estava controlada e não queria entrar na polémica, cada um assumia as responsabilidades que tinha naquele processo, da parte deles faziam aquilo que lhes competia para resolver aquele problema e criar, de facto, um espaço de uso balnear, na chamada Praia da Saúde.

O senhor Vereador Paulo Calado tinha-se referido a uma entrevista da anterior Presidente sobre o estacionamento. Disse que já estava, por ali há uns anos, todos o conheciam, assumia as suas responsabilidades sempre quando fosse necessário, e quando considerasse até tomaria a dianteira, quando fosse caso disso. No que tinha a ver com o estacionamento e com o atual contrato de estacionamento, como também era do conhecimento público e sobretudo dos senhores vereadores, em 2018, que eram os primeiros dados que conheceu, que recolheu, do início daquele processo, daquele contrato, não estava na Câmara Municipal como bem sabiam, e, portanto, desde 2018 até 2021 que foi a adjudicação do contrato, não estava na Câmara Municipal e, portanto, não podia ser assacada a si a responsabilidade relativamente àquele contrato, o que podia, e era isso que assumia, assumia as responsabilidades do que fazia, porque a verdade era uma coisa que devia estar sempre ao de cima, tinha responsabilidades nas questões do estacionamento tarifado, também, como todos sabiam, e achava, pelo menos não conhecia, que alguma força política, na Câmara Municipal, fosse contra o estacionamento tarifado, pensava ser uma necessidade reconhecida por todos, para que houvesse uma possibilidade de gestão do espaço público e, que todos pudessem ter direito a usufruir do espaço público, no âmbito, das regras que estavam estabelecidas, até num quadro legal, e, portanto, em 2013, era público, apresentou uma proposta de estacionamento tarifado, que foi aprovada em reunião de Câmara e rejeitada na Assembleia Municipal, onde a CDU não tinha maioria. Nessa proposta propunha-se a constituição de um contrato de concessão para a gestão de 2 mil lugares de estacionamento.

Depois, em 2016 voltou a apresentar outra proposta, aprovada também em reunião de Câmara, em que se propunha um contrato de concessão por 3 mil lugares, por um prazo de 15 anos, em que os 3 mil lugares eram para instalar nos primeiros 5 anos, e com a possibilidade, tendo em conta a evolução da própria cidade, ao longo dos outros 10 anos do contrato puder haver um aumento do estacionamento tarifado até aos 5 mil lugares de estacionamento, mas isso eram situações que poderiam ocorrer, e conforme o entendimento que a Câmara Municipal pudesse ter, e até, com a reivindicação que as populações pudessem ter.

Como sabiam existia em alguns bairros, da nossa cidade, movimentos de populações que vinham à Câmara Municipal solicitar que a sua área fosse tarifada, tendo em conta os problemas, as dificuldades do estacionamento que existiam. Portanto, foi nesse quadro que se considerou essa possibilidade: *“o contrato de concessão é para 3 mil lugares de estacionamento, podendo haver, se assim vier a ser entendido, acordado e aprovado nos órgãos, naturalmente a possibilidade de ir até aos 5 mil lugares”*.

Portanto, essa proposta veio a reunião de Câmara, foi aprovada, mas nunca foi implementada, isso em 2016. A partir dali não teve mais nenhuma intervenção naquele

processo, porque antes de terminar o ano de 2017, como todos sabiam, houve eleições, saiu da Câmara Municipal e foi para Presidente da Assembleia Municipal.

O que se podia dizer era: *“mas o senhor Presidente da Assembleia Municipal votou favoravelmente a proposta. É verdade, a verdade é para vir ao de cima”*, era verdade, não escondia isso, mas também era verdade que era o Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, havia um executivo que, naturalmente, tomava as suas decisões e apresentava as suas propostas e solidariamente, como lhe competia, naturalmente, votou favoravelmente essa proposta na Assembleia Municipal, já tinha sido aprovada na Câmara e votou na Assembleia Municipal, para que ficasse bem claro essa situação e que não houvesse dúvidas.

Sobre esses documentos, eram públicos, qualquer um dos senhores vereadores podia ter acesso a eles, bastava solicitar o acesso às atas e à documentação.

Disse que falaram sobre as várias questões que foram colocadas, as questões que não referiu, não tinha informação, mas ficavam registadas.

**Sra. Vereadora Andreia Graça** – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 25 a 27:

#### **“Saudação**

#### **56.º aniversário Rancho Folclórico das Praias do Sado**

*O Rancho Folclórico das Praias do Sado é saudado pelos vereadores do Partido Social Democrata pelo seu 56.º aniversário. Desde a sua fundação, a 8 de agosto de 1968, o Rancho Folclórico tem escrito uma história repleta de tradição, cultura e partilha, participando em inúmeras iniciativas em todo o país e no estrangeiro.*

*Ao longo dos anos, o Rancho Folclórico de Praias-Sado tem sido um embaixador do folclore português, levando a sua cultura e tradições além-fronteiras. O reconhecimento do seu trabalho veio cedo logo em 1990, quando foi premiado no Desfile de Trajes no Festival de Lisboa, demonstrando a dedicação e excelência do grupo.*

*Os responsáveis pelo Rancho Folclórico de Praias-Sado têm sempre procurado que o folclore seja uma verdadeira escola para todos quantos integram o Rancho. Neste espírito, surgiu o Rancho Infantil, aberto a crianças a partir dos seis anos de idade. Esta iniciativa tem sido uma oportunidade para formar jovens valores, proporcionando-lhes a possibilidade de dar continuidade ao seu gosto pelo folclore no Rancho de Adultos.*

*O Rancho Folclórico das Praias do Sado é uma referência na preservação das tradições culturais do nosso país e cidade, mantendo viva a chama do folclore e transmitindo a riqueza das nossas raízes às novas gerações. O trabalho desenvolvido pelo Rancho é digno de apreço e reconhecimento.*

*Neste momento de celebração, é importante destacar o legado e o impacto positivo que o Rancho Folclórico de Praias-Sado tem tido na comunidade e além-fronteiras. O seu compromisso ímpar com a cultura e o folclore é um exemplo inspirador para todos nós.*

*Desejos de que continuem a espalhar a riqueza das nossas tradições culturais e a ser uma verdadeira escola de folclore para as gerações presentes e futuras”.*

#### **“Saudação**

#### **46.º aniversário Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel**

*O Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel é saudado pelos Vereadores do Partido Social Democrata pelo seu 46.º aniversário. Desde a sua fundação a 1 de agosto de 1978, o clube tem sido um importante agente impulsionador de todo o concelho de Setúbal.*

*O papel desempenhado pelo Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel tem sido fundamental na promoção do atividades do âmbito cultural e desportivo, enriquecendo a vida*

*da comunidade Setubalense. Através das suas iniciativas, tem contribuído para a formação de jovens, fomentando valores como o trabalho em equipa, a solidariedade e a dedicação. Além disso, o clube tem sido um ponto de encontro e convívio para a comunidade, proporcionando momentos de lazer, entretenimento e aprendizagem. O espírito de união e o sentido de pertença cultivados pelo Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel têm sido fundamentais para a construção de uma comunidade mais forte e coesa.*

*Neste momento de celebração, é importante destacar o trabalho e o empenho dos dirigentes, atletas e colaboradores do clube em promover atividades culturais e desportivas de qualidade. O seu compromisso com o bem-estar e a felicidade com todos os membros da comunidade é admirável.*

*Votos de que continuem a ser um exemplo de dinamismo e dedicação, contribuindo para o desenvolvimento cultural e desportivo da freguesia, do concelho e de todos os que têm a oportunidade de fazer parte da grande história do clube”.*

### **“Saudação Pedro Pablo Pichardo**

*Pedro Pablo Pichardo conquistou, no final da tarde de 9 de agosto, uma brilhante medalha de prata no triplo salto nos Jogos Olímpicos de Paris, em França. Com um salto de 17,84 metros, alcançado no segundo ensaio da prova, Pichardo sagrou-se vice-campeão olímpico, resultado que enche de orgulho todos os setubalenses. Acrescem ainda o ouro em 2021 nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, em 2002 nos Mundiais de Eugene e nos Europeus de Munique e em 2023 nos Europeus de Istambul (indoor).*

*Este extraordinário feito é ainda mais significativo pelo facto de Pichardo ter realizado integralmente a sua preparação no Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, demonstrando que é na nossa cidade que se constroem campeões de força e garra inigualáveis.*

*A vitória de Pichardo representa não só o culminar de um árduo trabalho, mas também a resiliência e o talento que caracterizam os atletas que nascem e se formam em Setúbal.*

*Os vereadores do PSD manifestam a sua enorme alegria e satisfação por este triunfo, reconhecendo o exemplo inspirador que Pichardo oferece a todos, ao elevar Setúbal ao pódio do desporto mundial. Que este sucesso seja apenas mais um passo na brilhante carreira deste grande atleta”.*

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 a 40:

### **“Saudação Aniversário do Sport Clube do Sado**

*Fundado em 2007, o Sport Clube do Sado assinalou o seu 17.º aniversário no dia 1 de agosto.*

*O tecido associativo Setubalense tem sido enriquecido com o surgimento de novas associações, clubes e coletividades. Das mais recentes às centenárias, as entidades que compõe o movimento associativo do Concelho de Setúbal constituem uma das principais riquezas sobre as quais assenta a identidade do nosso território.*

*O movimento associativo desempenha um papel insubstituível no contexto social, para o desenvolvimento dos territórios a nível local em inúmeras áreas, como o desporto e a cultura. Representa ainda um importante contributo para a promoção da participação cívica e para o envolvimento das populações na vida em comunidade.*

*Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Sport Clube do Sado, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*



**“Saudação  
Aniversário da Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal**

*Fundada em 2016, a Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal – estrutura autónoma da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto – assinalou o seu 8º aniversário no dia 25 de julho.*

*Esta entidade, que procura dinamizar atividades próprias e em colaboração com outras entidades públicas e privadas, tem como objetivo afirmar a identidade singular do associativismo do Concelho de Setúbal, defendendo os interesses das coletividades suas associadas, promovendo ações de formação, de forma a capacitar os dirigentes associativos, o intercâmbio de experiências e a organização de projetos, atividades e eventos que contribuam para a promoção do associativismo Setubalense.*

*O trabalho desenvolvido pela ACCSet, de caráter voluntário, constitui-se enquanto um valioso contributo para o movimento associativo do Concelho, que tem nesta entidade o apoio necessário ao desempenho da sua atividade, desde apoio e aconselhamento nas áreas da contabilidade, fiscalidade e apoio jurídico, à divulgação de iniciativas.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual contribui para a promoção da participação cívica e do voluntariado, bem como para a contínua e progressiva democratização da sociedade”.*

**“Saudação  
Aniversário do Clube de Vela do Sado**

*O Clube de Vela do Sado, um importante e reconhecido dinamizador desportivo do Concelho, assinalou o seu 18º aniversário no dia 20 de julho.*

*Fundado em 2006, tendo como objetivo fomentar a adoção de estilos de vida mais saudáveis, para o aumento da qualidade de vida e do bem-estar das populações, tem contribuído para o desenvolvimento desportivo de Setúbal, nomeadamente através da promoção da prática desportiva de vela e Stand Up Paddle, utilizando um recurso natural sem igual do nosso território, o rio Sado.*

*Para além de se ter constituído enquanto um dos clubes mais relevantes em território nacional no domínio da prática desportiva e competitiva da modalidade de vela, com diversos velejadores premiados ao longo dos anos, estabeleceu o seu lugar na comunidade Setubalense, desempenhando um papel ativo. Desenvolve também ateliers de verão, um importante apoio para as famílias durante o período não letivo, e colabora com outras entidades para a realização de eventos e atividades no âmbito da inclusão e da proteção do meio ambiente.*

*Reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento a nível local em áreas como a cultura e o desporto, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Vela do Sado, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual representa um importante contributo para o desenvolvimento do Concelho de Setúbal e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.*

**“Saudação  
Aniversário da União Desportiva e Recreativa Casal das Figueiras**

*Fundada em 1997, a União Desportiva e Recreativa Casal das Figueiras celebrou o seu 27.º aniversário no dia 6 de agosto.*



*Com sentimento de renovação, a UDR Casal das Figueiras assinalou 27 anos de uma existência marcada por altos e baixos, por conquistas e obstáculos. Propõe-se a um recomeço, investindo na promoção da prática desportiva, em especial junto dos mais jovens. Preservando a sua essência, continua a ser um membro envolvido e ativo do movimento associativo Setubalense, procurando dar resposta às necessidades e interesses das populações, seja enquanto dinamizador de iniciativas de âmbito cultural e recreativo ou desportivo. Envolvendo as populações para o trabalho voluntário e cívico, em prol do bem comum, contribui para a contínua e progressiva democratização da sociedade, como parceiro do poder local.*

*O tecido associativo desempenha um papel fundamental na vida de qualquer região, independentemente da área de atuação, constituindo-se enquanto uma das principais riquezas sobre as quais assenta a identidade de um território.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a União Desportiva e Recreativa do Casal das Figueiras, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, pois a existência de um movimento associativo forte e consolidado é um fator indispensável para o desenvolvimento integral e sustentável de um concelho”.*

### **“Saudação Aniversário da Associação de Aikido do Sul**

*Fundada em 1992, a Associação de Aikido do Sul assinalou o seu 32.º aniversário no passado dia 16 de julho.*

*Criada tendo como objetivo promover a prática desportiva da modalidade de aikido na região sul do país, incluído no Distrito de Setúbal, a Associação procura apoiar os seus associados, como é o caso do AAS-Dojo do Vitória.*

*Neste sentido, tem contribuído para o desenvolvimento da prática desportiva desta modalidade, a qual apresenta benefícios em todas as faixas etárias, mas que tem uma especial relevância a nível formativo junto dos mais jovens, tendo em consideração os valores e competências inerentes à mesma.*

*Com origem no Japão, a prática do aikido (adaptação de diversas técnicas praticadas em antigas artes marciais, umas de luta corpo a corpo, outras onde se fazia uso de armas) em Portugal surge na segunda metade do século XX, tendo sido ensinado pela primeira vez na Academia de Budo, devido a um pedido de um dos seus diretores, o Dr. Pires Martins, a um dos seus alunos de Karate, de nome Daniel Laurent, cidadão francês que tinha praticado Aikido durante quatro anos (era então 2.º kyu), no “Budo Club du Maroc” em Casablanca (Marrocos), sob a orientação do Mestre Georges Stobbaerts.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Aikido do Sul, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual representa um contributo fundamental para o desenvolvimento desportivo do Concelho e Distrito de Setúbal e para a promoção da diversidade cultural e inclusão”.*

### **“Saudação Aniversário do Clube Desportivo e Recreativo Águias de São Gabriel**

*O movimento associativo assume um papel determinante para o desenvolvimento dos territórios a nível local, em áreas como a cultura, o desporto, a educação e a juventude, entre outras. Desta forma, as entidades que o compõe desempenham uma função insubstituível no contexto social, sobre as quais assenta a identidade de um Concelho.*

*Desta forma, entidades como o Clube Desportivo e Recreativo Águias de São Gabriel desenvolvem um importante trabalho junto das populações, promovendo a participação cívica com base no trabalho voluntário em prol da comunidade.*

*Fundado em 1978, o Clube tem procurado dar resposta às necessidades e interesses da população, enquanto dinamizador e parceiro de iniciativas de âmbito cultural e desportivo, acompanhando a sua evolução. Tem assim contribuído para o desenvolvimento do Concelho de Setúbal e da freguesia onde se insere. Contudo, é no Bairro de São Gabriel que está inscrita a essência deste clube bairrista, eternamente ligado ao bairro e às suas gentes. Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Desportivo e Recreativo Águias de São Gabriel, órgãos sociais e sócios pelo seu 46º aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.*

### **“Saudação Aniversário do Rancho Folclórico das Praias do Sado**

*Fundado em 1968, o Rancho Folclórico das Praias do Sado celebrou o seu 56.º aniversário no dia 8 de agosto.*

*Tem, ao longo dos últimos 56 anos, contribuído para o desenvolvimento cultural do Concelho de Setúbal, promovendo a preservação da cultura, folclore e tradições populares Setubalenses.*

*Com uma História rica, o Rancho tem sido um verdadeiro exemplo de dedicação, trabalho e perseverança. Reinventando-se e adaptando-se, tem-se proposto a novos desafios, procurando manter e preservar a sua identidade e essência.*

*Em janeiro de 2024, o Rancho alcançou um dos seus grandes objetivos com a integração do Festival Internacional de Folclore de Setúbal no International Organization of Folk Art – organização não governamental e sem fins lucrativos, fundada na Áustria, em 1979, com o objetivo de preservar o património cultural popular em todas as suas formas, cooperando com a UNESCO no quadro da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, com ênfase na elaboração de inventários, investigação e documentação, mas também na organização de Festivais de Folclore e de Artes Tradicionais.*

*Este ano organizou também, em parceria com a CMS, a 1.ª edição do Folk-Setúbal Danças e Tradições do Mundo, um evento que reuniu grupos da Sérvia, México, Índia e Portugal, promovendo um intercâmbio cultural e uma celebração de danças e tradições, colocando o Concelho de Setúbal no mapa dos eventos culturais internacionais.*

*Saudando esta entidade do movimento associativo Setubalense, bem como todos os seus intervenientes pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 56 anos, o qual representa um contributo imprescindível para o reconhecimento folclore enquanto elemento fundamental para a investigação etnográfica da nossa região e para a preservação das tradições e dos costumes Setubalenses, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam o Rancho Folclórico das Praias do Sado por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.*

### **“Saudação Samuel Freire participa nos Jogos Olímpicos de Paris 2024**

*O maratonista e atleta vitoriano, Samuel Freire, foi o único atleta a representar um clube do Concelho de Setúbal, o Vitória Futebol Clube, nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.*

*Samuel Freire, exemplo de dedicação e excelência no desporto, ultrapassou inúmeros desafios e, através do seu esforço e resiliência, conseguiu garantir a sua participação na prova de maratona, naquela que é a considerada a maior competição do mundo, levando consigo as cores do clube da cidade.*

*Enquanto atleta do VFC, clube emblemático e de profundo significado para o Concelho, que desde a sua fundação, em 1910, tem vindo projetar a imagem de Setúbal a nível nacional e internacional, é exemplo da relevância desta instituição para a promoção da prática desportiva, tanto de carácter formativo como competitivo, em inúmeras modalidades. O Vitória*



*transformou-se, em mais de 100 anos de existência, num pilar da sociedade Setubalense, passando a desempenhar um papel crucial na vida da comunidade, em especial junto dos mais jovens, tornando-se no espaço onde muitos contactam pela primeira vez com o desporto, onde desenvolvem e nutrem a paixão por uma modalidade e assimilam valores e competências fundamentais para a sua formação enquanto cidadãos.*

*Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Samuel Freire, o Comité Olímpico de Cabo Verde, país que representou nos Jogos, e o Vitória Futebol Clube, reconhecendo a importância do movimento associativo para a difusão da cultura desportiva, elemento imprescindível para promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento integral e sustentável de qualquer território”.*

### **“Saudação**

#### **Pedro Pichardo conquista a Medalha de Prata nos Jogos Olímpicos de Paris 2024**

*Pedro Pichardo, sagrou-se vice-campeão olímpico do Triplo Salto nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, com a marca de 17,84 metros.*

*O atleta junta a prata olímpica a um impressionante conjunto de troféus alcançados nos últimos três anos – ouro em 2021 nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, em 2002 nos Mundiais de Eugene e nos Europeus de Munique e em 2023 nos Europeus de Istambul (indoor) –, sendo o mais recente a medalha de prata nos Europeus, realizados a 11 de junho em Roma, Itália, no qual alcançou a marca de 18,04 metros, estabelecendo um novo recorde nacional.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Pedro Pichardo, bem como o seu treinador, pelo resultado obtido naquela que é a maior competição desportiva do mundo, o qual é mais um feito numa carreira recheada de êxitos, que tem contribuído para o enaltecimento e divulgação do Concelho de Setúbal”.*

### **“Saudação**

#### **Leonardo Mendes conquista Prémio de Inovação e Criatividade no ISCE Tourism PAP Challenge**

*Leonardo Mendes, aluno finalista de Técnicas de Cozinha/Pastelaria da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal e um dos 9 classificados para a 2.ª Edição do ISCE Tourism PAP Challenge, foi o grande vencedor do prémio Inovação e Criatividade deste concurso.*

*Na prova, Leonardo contou com a ajuda do colega Henrique Barreira, como commis, e com a presença e apoio das professoras Joana Borié, Cristina Pimentel e Mafalda Antunes.*

*Como é possível ler no website dedicado ao concurso, o ISCE Tourism PAP Challenge é uma iniciativa do Departamento de Turismo do Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, que tem como missão valorizar o ensino profissional em Turismo em Portugal e incentivar o ingresso destes estudantes no ensino superior.*

*Através desta, o ISCE pretende contribuir para a valorização da formação do setor e dos futuros profissionais, premiando assim a sua aplicação prática junto do tecido empresarial.*

*A Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal é uma instituição de ensino profissional, que forma profissionais de excelência no setor do turismo há mais de 30 anos, tendo como uma das principais preocupações o desenvolvimento de competências transversais e centradas na inovação, com vista a formar jovens ativos e felizes, cidadãos responsáveis e criativos, focados no progresso e na sustentabilidade.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Leonardo Mendes e a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal pela conquista alcançada, reconhecendo o papel determinante desta instituição de ensino para o desenvolvimento económico do Concelho e Distrito do Setúbal”.*



**“Saudação**  
**Instituto Politécnico de Setúbal distinguido no Projeto Eco-Escolas**

O projeto “A Bio e Geodiversidade da Minha Escola”, promovido pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação, em parceria com outras entidades não governamentais de ambiente – Quercus, A Rocha, Aspea, FAPAS, Geota, LPN e Sociedade Portuguesa de Botânica –, atribuiu à Escola Superior de Tecnologia do Barreiro do Instituto Politécnico de Setúbal o 2.º lugar, no escalão 3, referente ao ensino secundário, profissional e superior.

A edição deste ano contou com a participação de 236 escolas de todo o país. Nesta, professores e estudantes exploraram e documentaram a bio e a geodiversidade existente nos seus estabelecimentos de ensino.

A Escola Superior de Tecnologia do Barreiro do IPS “mobilizou 55 estudantes do 1º ano da licenciatura em Biotecnologia que, coordenados pelos docentes da unidade curricular de Biologia Geral, utilizaram os espaços exteriores para realizar a observação e caracterização de espécies existentes, aprofundar o conhecimento em termos da ecologia, biologia e conservação de algumas espécies (ou grupo de espécies) e conhecer a geologia e características do solo”, como consta em comunicado.

Neste documento, é ainda referido que o projeto tinha como objetivo estimular a criatividade artística dos estudantes, com a ilustração de espécies e o reconhecimento de espaços verdes urbanos, promovendo a transmissão de competências e técnicas específicas na recolha e identificação de organismos e análise do solo, incluindo a colheita de amostras e testes laboratoriais para caracterização do mesmo.

O Eco Escolas é um programa internacional da “Foundation For Environmental Education”, desenvolvido em Portugal desde 1996 pela Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação, a qual trabalha tendo como objetivo encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas instituições de ensino, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Desde 2019, o Instituto Politécnico de Setúbal tem renovado sucessivamente o galardão em todas as suas cinco escolas superiores. Em 2022, conquistou a distinção de Eco Campus, válida por três anos, abrangendo os seus campi nos concelhos de Setúbal e Barreiro.

Mais uma vez, o IPS demonstra ser um ator fundamental para o desenvolvimento integral e sustentável do Concelho e região de Setúbal.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Instituto Politécnico de Setúbal, os estudantes e docentes que participaram neste projeto pela importante distinção, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

**“Saudação**  
**Aniversário da Cooperativa de Habitação e Construção Económica - Força de Todos**

Apesar das primeiras cooperativas de habitação e construção terem surgido na passagem do século XIX para o século XX, estas tiveram especial relevância após a Revolução de 25 de Abril de 1974, enquanto resposta à crise habitacional que se fazia sentir.

No Concelho de Setúbal, estas organizações tiveram um papel crucial na salvaguarda do direito a uma habitação digna, problemática que, apesar do trabalho desenvolvido pelas mesmas, continua a ser atual no nosso território.

A Cooperativa de Habitação e Construção Económica - Força de Todos é uma destas organizações que, até aos dias de hoje, se mantém ativa, tendo contribuído, desde a sua fundação, a 6 de agosto de 1976, não só para a construção de mais habitação no Concelho, bem como para a coesão territorial do mesmo. É ainda dinamizadora de atividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo, oferecendo um espaço à comunidade, onde esta tem a possibilidade de conviver, partilhar experiências e desenvolver capacidades e competências.

*Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido por esta organização, a qual foi criada com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações do Concelho de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Cooperativa de Habitação e Construção Económica - Força de Todos, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*

**“Saudação  
Aniversário da Associação de Reformados e Pensionistas de São Sebastião**

*A Associação de Reformados e Pensionistas de São Sebastião, fundada em 2005, celebrou o seu 19.º aniversário no dia 20 de julho.*

*Sediada na Freguesia de São Sebastião, esta entidade desempenha um papel com cada vez mais relevância na nossa sociedade. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), o envelhecimento demográfico em Portugal continua a acentuar-se, sendo que, dados referentes a 2023 indicam que no Concelho de Setúbal residem 29,861 pessoas com 65 ou mais anos, tendo o índice de envelhecimento atingido o valor de 174,9, encontrando-se ligeiramente abaixo do valor nacional (188,1).*

*Conclusões do Relatório do Envelhecimento, um trabalho dos investigadores Pedro Pita Barros e Carolina Santos, em parceria com a Fundação “La Caixa”, o BPI e a Nova SBE, no âmbito da Cátedra Economia da Saúde, apontam que, para responder ao aumento do envelhecimento da população, Portugal precisa de combater a pobreza e a solidão e promover o envelhecimento ativo.*

*Neste sentido, o trabalho desenvolvido pela Associação junto desta população, a qual é especialmente vulnerável, seja a doenças, à violência, à negligência, ao abandono ou à pobreza, é fundamental para a consolidação de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, onde os direitos das pessoas idosas, muitas vezes ignoradas e esquecidas, são garantidos e salvaguardados.*

*Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Reformados e Pensionistas de São Sebastião, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta entidade, a qual representa um contributo fundamental para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações do Concelho de Setúbal, constituindo-a enquanto um parceiro indispensável do poder local”.*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 41:

**“Saudação  
Pedro Pichardo**

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o atleta Pedro Pablo Pichardo pela conquista da medalha de prata no triplo salto dos Jogos Olímpicos de Paris.*

*O atleta, que, desde 2017, treina diariamente nas instalações do Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, alcançou mais um título que o coloca na galeria dos mais medalhados atletas de sempre com a camisola da seleção nacional portuguesa.*

*Pedro Pablo Pichardo já fez o pleno de títulos.*

*No seu palmarés conta com as distinções de campeão Nacional, campeão Europeu, campeão do Mundo e Campeão Olímpico, em Tóquio 2021, para além dos excelentes resultados na Liga Diamante. A medalha de prata e o título de Vice-Campeão Olímpico, agora conquistado, é a confirmação de todo o talento, esforço, trabalho e resiliência do atleta e da sua equipa técnica.*

*Ao saltar 17,84 metros, em Paris, Pedro Pichardo voltou a escrever uma página de ouro do atletismo português e do atletismo mundial.*

*A autarquia vai homenagear o atleta na próxima sexta-feira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, numa cerimónia pública que pretende prestigiar o atleta e o seu treinador. Uma vez mais cumpre-nos o grato prazer de felicitar Pedro Pablo Pichardo! Muitos Parabéns!”*

**Sr. Presidente** – Apresentou o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 42:

**“Voto de Pesar  
José Manuel Constantino**

*A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento de José Manuel Constantino, presidente do Comité Olímpico de Portugal.*

*José Manuel Constantino era presidente do COP desde 2013, depois de ter presidido ao Instituto de Desporto de Portugal e à Confederação de Desporto de Portugal, tendo uma forte relação com Setúbal, onde esteve por diversas ocasiões em representação daquelas entidades.*

*É impossível dissociar o nome de José Manuel Constantino de um conjunto de momentos especiais e importantes para a cidade e para o concelho. A sua constante presença e o seu apoio inabalável no processo de candidatura de Setúbal a Cidade Europeia do Desporto, em 2016, é algo que será sempre recordado e alvo de um imenso agradecimento.*

*José Manuel Constantino, demonstrou sempre o seu empenho e dedicação ao cargo e ao olimpismo tendo sido um forte impulsionador da parceria existente entre a autarquia e o atleta Pedro Pablo Pichardo.*

*Em 2016, José Manuel Constantino recebeu em nome do Comité Olímpico de Portugal, a Medalha de Prata da Cidade, no ano em que Setúbal celebrava a conquista do estatuto de Cidade Europeia do Desporto.*

*Nascido em 21 de maio de 1950, em Santarém, licenciado em Educação Física, doutor honoris causa pelas universidades do Porto e de Lisboa e antigo professor universitário, José Manuel Constantino faleceu em 11 de agosto, com 74 anos, na noite da cerimónia de encerramento dos Jogos Olímpicos Paris2024.*

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta as condolências aos seus familiares e amigos, bem como a toda a família olímpica portuguesa”.*

Foi feito um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 449/2024 – Proposta n.º 28/2024 – GAP – Moção - Pelo reconhecimento imediato do Estado da Palestina**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43.

**Sr. Presidente** – Disse que aquela moção já tinha ido ali, na última reunião de Câmara, e, por proposta dos senhores vereadores, incluíram na ordem de trabalhos daquela reunião, para poder ser votada e, encaminhada aos órgãos de soberania referenciados.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que a bancada do Partido Socialista acompanhava aquela moção, concordando no essencial, sobretudo, quando se falava que a paz era o caminho. ~~Grandes analistas geopolíticos internacionais e, estudiosos defendiam que se já tivesse sido reconhecido o Estado da Palestina provavelmente, não seria liderado pelo~~



Hamas, que era quem fez o ataque terrorista, que em 7 de outubro causou 1200 mortos entre a população israelita, mas também, era verdade que aquilo que tem acontecido, na resposta israelita, era um ato criminoso, eram crimes de guerra, quando se bombardeavam civis indiscriminadamente, ainda que se estivesse em busca daqueles que se consideravam os adversários, era crime de guerra estava na Convenção de Genebra.

Portanto, iam acompanhar e, esperavam que aquele fosse mais um importante contributo para o reconhecimento do Estado da Palestina e, para a concretização da paz, tomando como boa aquela ideia. Quer o povo palestino, quer o povo israelita eram povos mártires, eram vítimas da sua situação geoestratégica e, da situação geopolítica estavam, infelizmente, num local muito pretendido, muito influente, do ponto de vista da estratégia militar e, isso ajuda a que as coisas, no sentido da construção da paz, tardassem: *“vamos esperar que estes tristes episódios, que esta mortalidade, esta mortandade assombrosa, possa ajudar o mundo e aqueles que têm capacidade política para decidir, a decidir exatamente como aqui se propõe, no sentido do reconhecimento do Estado da Palestina e no sentido da afirmação da paz”*.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse terem ali um tema de grande relevância internacional.

Por sugestão deles, aquela moção foi ali naquele dia, e, deveria ser votada. Apesar do PSD adotar uma posição de abstenção, continuava a ser um tema de grande relevância. Estavam, também, comprometidos com a promoção da paz e com a defesa dos direitos humanos em todas as regiões do mundo, incluído naquele conflito Israel-palestino. O foco do PSD residia na procura de soluções duradouras que pudessem por termo aos conflitos, e às violações de direitos humanos, visando sempre o bem-estar e, a segurança de todos os povos envolvidos. A posição deles, naquela moção específica, refletia não apenas a sua postura habitual em matérias de carácter internacional, mas também um compromisso com a análise cuidadosa e a consideração das implicações a longo prazo para todas as partes envolvidas. Aquela abordagem, reiterava o compromisso do PSD com responsabilidade política e busca de soluções pacíficas e sustentáveis para todos os conflitos internacionais, sempre pautados pelo respeito aos direitos humanos e a promoção da justiça global.

O atual Governo, na sequência do anterior, não mudou a política em relação àquela área da diplomacia, como sabiam, acreditava no trabalho de mediação, que era feito e, no reconhecimento do Estado Palestino, mas esse trabalho de mediação era um trabalho que tinha de ser feito com minúcia, com muito cuidado e havia, de facto, uma luta do Estado Português por uma solução de reconhecimento de dois estados, como era sabido. Essa ação de mediação, não tão exposta, daria os seus frutos e até era apreciada pela Autoridade Palestina, aliás, já tinha sido objeto de uma intervenção do Governo da República relativamente a esse ponto. Esperavam, que aquele conflito cessasse.

Todas as vidas eram relevantes, todas as vidas tinham o mesmo valor, fosse de um lado ou de outro, e faziam votos que se chegasse a uma solução de consenso, pacífica, e em que todos os povos vivam em harmonia.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenção do PPD/PSD.

## **2. Deliberação n.º 450/2024 – Proposta n.º 29/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental da Marina de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a criação de uma marina era um desejo antigo da cidade e dos setubalenses, mais do que uma mera ambição do concelho era uma necessidade. Era um equipamento que daria resposta à procura da náutica de recreio local e provavelmente, também, seria possível conseguir atrair praticantes que já não encontravam solução nas marinas mais próximas, como Troia, Lisboa, Oeiras e Cascais, absolutamente saturadas.

Além disso, a marina permitiria também a criação de novas empresas e postos de trabalho especializados, e acreditavam que constituiria uma nova centralidade na cidade que iria necessariamente impulsionar a revitalização do centro histórico. A Marina constituía-se como um projeto transformador, não só da frente ribeirinha, e de toda a sua envolvente urbanística, mas também do tecido económico da cidade.

E, era por isso, por se tratar de um projeto que vinha romper com o “*status quo*” da cidade e que era mobilizador da população do concelho, que não percebiam e estranhavam porque é que, em pleno mês de agosto, o período de consulta pública se resume apenas há 15 dias, aliás, mais adiante iriam apreciar uma proposta que ia precisamente no sentido de alargar o período de consulta pública, de outro documento, e, portanto, ali faria efetivamente sentido, dada a importância que aquele projeto tinha para o concelho, e acima de tudo para a cidade, que aquele período de consulta pública pudesse ser mais dilatado no tempo.

Por mais transformadora que aquela infraestrutura fosse, a Marina não podia representar uma barreira no acesso e à fruição do rio. Setúbal tinha características muito específicas, tinha um centro histórico, que todos conheciam, que se desenvolvia paralelamente ao rio e a vivência dos setubalenses era feita, desde sempre, em proximidade com o rio. O projeto da Marina, que lhes tinha sido apresentado, criava uma barreira efetiva nesse acesso e nessa vivência numa extensão que lhes parecia excessiva, porque ia do Cais 3 até ao edifício da lota.

Parecia-lhes que uma solução mais equilibrada seria limitar aquela intervenção, ou a construção da nova Marina, e dos equipamentos que lhe dariam apoio, à frente de rio compreendida entre o edifício dos pilotos, onde atualmente se encontrava o ICNF, e a lota libertando para a fruição da população todo o espaço que atualmente era efetivamente de fruição, toda aquela frente que ia do Cais 3 ao Jardim da Beira-Mar.

Por outro lado, tinham uma proposta de construção de um hotel com 17 pisos acima do solo, 2 pisos de embasamento encimados por uma torre de 15 pisos, e aquela era uma proposta que era mais do que uma barreira, era uma verdadeira aberração. Era um atentado urbanístico que descaracterizava completamente a frente ribeirinha e a cidade. Era verdade que a Avenida Luísa Todi já tinha duas torres, mas mais importante do que os erros cometidos no passado era aprenderem com eles, e não os utilizarem como justificação para que se fizessem más escolhas para o futuro. À exceção daquelas duas torres, as cêrceas do centro histórico eram todas muito mais baixas, muito inferiores. Do ponto de vista urbanístico, a cidade descia e que abraçava o rio sem barreiras visuais e a construção de um edifício com 17 pisos acima do solo, mas o que dissonante era conflituante com o resto da cidade, e com o resto do seu quadro urbanístico. Por isso disse e afirmou, de uma forma muito clara, que com o Partido Socialista a construção de uma torre de 17 pisos na frente ribeirinha, não passaria, não fazia sentido. Estranhavam que aquela proposta, que estava excluída da concessão e dependia de aprovação de um Plano de Pormenor, fosse apresentada naquele momento. O que lhes parecia que faria sentido, seria a execução e aprovação do Plano de Pormenor antes da abertura do concurso público.

Questionou, também, de que forma pretendia o município assegurar aquelas que eram as suas obrigações decorrentes daquela proposta, desde logo, no que se referia à deslocalização das embarcações que estavam em seco, no Naval, e também do pavilhão do Clube Naval Setubalense.

Perguntou se o Município iria assegurar a disponibilização novos passos e de que forma, se iria construir um novo pavilhão para o Clube Naval, e se iria integrar as atividades desportivas do Naval em espaços municipais já existentes.

Disse que gostariam de ver essas questões esclarecidas.

Relativamente às alterações da rede viária, a proposta pretendia acabar com o trânsito automóvel na Avenida Jaime Rebelo, direcionando quem vinha da Avenida José Mourinho diretamente para a Avenida Luísa Todi. Todos conheciam a largura reduzida das vias transversais e, as condições dessas mesmas vias transversais que permitiam fazer essa ligação. Não viram nenhum estudo de tráfego que sustentasse aquela pretensão e estranhavam que o parecer do Município não tivesse uma linha, uma palavra sequer, sobre a necessidade de estudar aquelas alterações.

Alterações que não se ficavam pela eliminação da possibilidade de circular numa via que atualmente era uma fuga à Avenida Luísa Todi, e que, na verdade, permitia fazer a ligação para nascente sem passar pela Avenida Luísa Todi, mesmo paralelamente à estrada da Graça, não se ficavam por aí, mas propunham também a eliminação de um número significativo de lugares de estacionamento à superfície e, a sua substituição por parques semipúblicos e privados nas novas construções a edificar.

Isso levantava desde logo duas questões, que entendiam merecerem uma clarificação, naquele momento. Em 1.º lugar, o facto de os lugares eliminar estarem concessionada à DATAREDE por mais de 37 anos.

Questionou quais eram as implicações dessa supressão, e, existindo essa supressão, se os lugares seriam substituídos por outros lugares tarifados noutra zona da cidade.

Em 2.º lugar, aquilo que era o estacionamento no subsolo.

O senhor Presidente tem afirmado ser contra a construção de estacionamento no subsolo entre a Avenida Luísa Todi e a frente ribeirinha. Podia não concordar, mas percebia o seu argumento relativamente ao parque no subsolo, que já fazia parte de uma concessão a 40 anos, e, que, portanto, já fazia parte de um contrato assinado pelo Município.

Não percebia era que num projeto, numa proposta, cuja construção o Município participou numa forma muito ativa, tivessem uma previsão de construção de 4 estacionamentos no subsolo, na zona em que o senhor Presidente já afirmou discordar da existência desse mesmo estacionamento subterrâneo e, portanto, gostariam de ter, também, um esclarecimento sobre isso.

Propôs que, no documento que iam votar, no parecer do município, no âmbito da consulta pública da proposta de definição de âmbito do estudo de impacto ambiental, que fossem introduzidas as questões levantadas por parte daquela bancada.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que, se bem entendeu, aquela proposta era exclusivamente do âmbito daquilo que era o estudo de impacto ambiental, relativamente à marina, mas isso pressupunha que havia um trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e o promotor que era a Administração do Porto de Setúbal.

Disse ter algumas questões para colocar, mas deixou o desafio de eventualmente terem uma reunião de trabalho com mais detalhe, para perceberem exatamente não só na consulta dos documentos, mas para perceberem pelo próprio promotor, que era a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, o que se pretendia exatamente fazer ali, porque pensava que ainda não era o momento para discutir pontos específicos, estavam só no âmbito ambiental e, por esse motivo não se ia alongar muito em questões, mas tinha algumas.

Uma das questões que viam com preocupação para além do fecho da Avenida Jaime Rebelo, que não era propriamente uma questão ambiental, mas tinha impacto ambiental, obviamente, era o facto de não ser possível aquela marina ter bandeira azul devido ao caneiro do Livramento, aliás, era um dos aspetos referidos na consulta pública e, que, era algo que deveria ser trabalhado entre a APSS e a Câmara Municipal de Setúbal.

A primeira vez que ouviu falar daquela última marina, porque já tinham ouvido falar em tantas, não deu a devida atenção, porque pensou que era mais uma promessa, mas como, não era algo promovido pela Câmara Municipal de Setúbal, mas, pelo Porto, que era, no fundo, o titular daquele espaço, percebia que aquilo poderia ser algo para levar um bocadinho mais a sério.

No entanto, ficou na dúvida sobre qual era o papel da Câmara, devido às perguntas que o Vereador Joel Marques fez, porque se quem estava à frente do Porto é que promovia aquela



marina, pelo que percebeu, achava que as perguntas deveriam ser feitas à Administração do Porto de Setúbal e, daí que, naquele desafio que tinha feito ao senhor Presidente, deveriam ter uma reunião conjunta, ou pelo menos, da parte do Porto, ou da administração, ou alguém tecnicamente responsável por aquela proposta, vir alguém para lhes explicar as questões da Avenida Jaime Rebelo, as questões do caniço da Ribeira do Livramento, a questão dos 17 andares, etc., para não chegarem à situação, como naquele dia tinham ali, em que já tinham o relatório dos serviços, que era técnico, sobre aquilo que era a consulta pública, portanto, em que ali basicamente, tinham que votar a favor, contra ou absterem-se.

Achava que deveria haver outro envolvimento por parte dos eleitos municipais sobre algo que, levando a sério que daquela vez ia haver mesmo uma marina, ia ser algo com um impacto significativo em termos urbanísticos, em termos sociais, em termos comerciais e, em termos turísticos na cidade.

Deixou o repto, achava que o deveriam fazer o quanto antes para não serem, e pediu desculpa pela expressão “os últimos a saber”.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que deveriam congratular o facto do processo e o projeto da marina de Setúbal estar naquele momento na parte final do processo de discussão pública, da proposta de definição de âmbito do estudo de impacto ambiental, o que significava que aquilo que no decorrer de um conjunto de reuniões públicas promovidas no início daquele ano, para um conjunto de instituições e entidades, aos quais também foram convidados órgãos autárquicos, para apresentação da proposta de definição de âmbito do estudo de impacto ambiental do projeto da marina, e que tiveram a participação que tiveram, era muito importante que estivessem, naquele momento, a discutir um parecer, que pensava que o que era um ato de grande responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal, na participação, também, da discussão pública, do ponto de vista formal, daquele processo.

Não estavam, naquele momento, num período de discussão pública do projeto da marina de Setúbal, não estavam no momento de discussão pública de quais eram as opções que o promotor, ou que os promotores do projeto pretendiam desenvolver, estavam, sim, naquilo que eram os aspetos que o estudo de impacto ambiental tinha que estudar, tinham que se pronunciar, tanto no plano de água, no plano fluvial, como no plano terrestre. Não estavam num período de discussão pública do projeto, e de um conjunto de opções, e de estudos prévios que estavam que eram apresentados naquela proposta de definição de âmbito. Como a proposta de definição de âmbito bem referia, toda a parte terrestre, toda a parte relacionada com o imobiliário, todas as consequências associadas à transformação de toda a parte terrestre da cidade teriam que obrigatoriamente ser alvo de um plano de pormenor.

E, que um plano de pormenor teria toda a discussão, não apenas do ponto de vista da ocupação urbanística da edificação, mas também da circulação das vias de comunicação, do que podia circular, ou deixar de poder circular ali.

O que aquela proposta de definição de âmbito apresentava, era que aquele projeto pretendia transformar e devolver a zona ribeirinha da cidade, à fruição da população.

Naturalmente, poderiam ter opiniões distintas, sobre um conjunto de opções, algumas delas que eram opções até de escolas de urbanismo e de arquitetura, sobre se as edificações deveriam ter determinadas características, se deveriam ter outras, isso era um debate, que naturalmente, tinha interesse e seria com certeza um debate rico e interessante.

Havia um aspeto que saltava à vista naquela proposta de definição de âmbito que era a proposta de que a zona ribeirinha de Setúbal deixasse de ser um depósito de estacionamento, e um depósito de automóveis, que deixasse de ser uma das vias quase estruturantes de circulação na cidade e, portanto, apresentava um conjunto de desafios, isso para comentar algumas das questões e observações que foram feitas, porque se olhassem para um projeto daqueles, e para um plano daqueles, como noutros casos que já tinha acontecido, e vissem à luz do que existia atualmente, às referências do que era a nossa realidade presente, era claro que não fizeram nada mais do que a colocar camadas sobre camadas e más camadas, e não aproveitavam para que aqueles projetos pudessem de alguma forma ser transformadores, sendo que esse projeto transformador, e essas opções

tinham que ser alvo de uma discussão pública profunda e de estudo sobre, exatamente, quais eram as suas soluções, e como seria a sua concretização.

Relativamente ao prazo, não era o prazo do estudo do impacto ambiental, era o prazo de definição de âmbito e, portanto, era o prazo previsto na lei, e que naquele caso a CCDR LVT, presidida pela arquiteta Teresa Almeida, definia para um projeto com aquelas características, e para uma proposta como aquela, para um processo como daquele.

Processo de consulta pública que termina naquele dia, e que era importante que se concretizasse. Havia um elemento que era importante terem presente, o que se propunha era que o estudo ambiental avaliasse a marina em si.

A outra componente terrestre, com mais impactos do ponto de vista urbanístico fosse avaliada num plano de pormenor e o Dr. Vasco Raminhas estava presente e poderia dar, do ponto de vista de apoio técnico, algum esclarecimento, se assim fosse necessário, mas se não estava errado que incluísse a zona que era presentemente do domínio público, titulado pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, e propunham eles, que esse estudo, esse plano de pormenor pudesse ser alargado a toda a zona envolvente e a um conjunto de espaços que atualmente estavam desqualificados, e que todos reconheciam estarem desqualificados, na zona intermédia e até na zona ribeirinha e que por proposta deles deveriam ser incluídos nesse plano de pormenor.

**Sr. Presidente** – Disse que tal como estava expresso na proposta, apreciavam a proposta da definição de âmbito do projeto da marina de Setúbal. Esse trabalho tinha sido encomendado e desenvolvido, por uma equipa técnica, que apresentou aquela proposta publicamente há cerca de 2 anos. Alguns problemas que tinham a ver com alguma dificuldade na definição competências, deixou arrastar aquele processo até àquela altura. No entendimento deles já deveria ter sido resolvida essa questão, aquele passo que davam já deveria ter sido dado, e havia todas as condições, a partir do momento em que teve a apresentação pública da proposta de definição de âmbito, de que a seguir haveria todas as condições para dar andamento a esse processo.

Infelizmente, não aconteceu, estava naquele momento ali, surgiu a entidade competente, a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, que assumiu aquela responsabilidade. O que apreciavam era um instrumento prévio do regime jurídico da avaliação do impacto ambiental, que permitia propor à autoridade, da avaliação do impacto ambiental, o âmbito do trabalho a desenvolver no estudo, bem como as metodologias e o grau de análise em que cada um dos fatores ambientais que seriam analisados.

Era nesse quadro que trabalhavam, não era noutros, e, portanto, tinham que se cingir àquela matéria que estava em consideração, e era aquela matéria que estava em discussão pública e, portanto, naturalmente que as entidades, e os particulares, se iriam de pronunciar, eventualmente, sobre muitas coisas, cada um era livre de o fazer, e a entidade que iria receber todas essas propostas, sugestões e considerações haveria de fazer uso dessas propostas.

No que dizia respeito à Câmara Municipal, como instituição e com capacidade técnica para a avaliação daquela componente do início daquele processo, achava que aquilo que estava apresentado no parecer, chamava à atenção para duas ou três questões que considerava fundamentais. Uma delas chamava à atenção para o plano de gestão de riscos de inundações, que era público, e que devia ser, não só, considerado no âmbito da avaliação do impacto ambiental, mas também devia ser expresso no próprio documento que resultasse da discussão pública.

Considerava que essa era uma questão central e que, aliás, ia de encontro à questão que o senhor Vereador Joel Marques colocava sobre as questões que tinham a ver com o estacionamento subterrâneo naquela zona da cidade. Era uma questão de entendimento pessoal, daquilo que era o conhecimento de experiências e conceções técnicas e de muitos estudos feitos e, portanto, era uma avaliação que fazia e, que, a expressava publicamente.

Não era especialista na matéria, mas, já o expressou relativamente ao atual contrato de concessão do estacionamento, tinha as suas maiores dúvidas sobre essas situações, mas

havia outra questão, uma coisa era decidirem fazer um parque de estacionamento dedicado naquelas zonas, outra coisa era ver até que ponto na construção do edifício podia haver uma garagem, com 1 piso ou 2, ou 3, conforme as situações, que pudessem ser estudadas no sentido de conter ali o impacto dessa construção decidida na zona ribeirinha. Aliás, ia de encontro àquilo que estabelecia o Plano Diretor Municipal, qualquer construção tinha de garantir o estacionamento, conforme a atividade e o impacto que tinha de ter, em termos da garantia da acomodação das viaturas e, portanto, eram coisas diferentes, não confundia uma coisa com a outra, naturalmente que se tinha de avaliar os impactos do que falavam.

Quando os nossos técnicos chamavam à atenção para que fosse referenciado e considerado esse plano da gestão do risco de inundação, que era que é público, chamava exatamente à atenção para quem fizesse a avaliação do impacto ambiental que tivesse em conta esse plano. Era fundamental que assim fosse considerado.

Por outro lado, aquele estudo que tinha sido feito da definição do âmbito, referia a importância do impacto ambiental dos barcos previstos para funcionar na marina. Estava definido o número de partida, portanto, o que se apontava era que se avaliasse o impacto ambiental daqueles barcos, navios, que fossem instalados na marina, o que os nossos técnicos propunham era que fosse considerado esse impacto, mas também o impacto da circulação da atividade marítima que se desenvolvia em toda a área envolvente à marina, porque se um barco, ou um navio circulava a 10 metros, a 20 metros da marina, também tinha impacto nesta zona.

Achava que era outra referência extremamente importante do que estavam ali a discutir, mas discutiam sempre no âmbito da avaliação do impacto ambiental, não falavam de outro tipo de questões. Quis chamar à atenção para isso, por isso é que leu aquele parágrafo que estava na proposta, da limitação, em termos de discussão pública. No fundo, levantavam questões, que a avaliação do impacto ambiental, ou o estudo do impacto ambiental, considerasse.

Por isso, é que a discussão pública era muito importante, que tivesse esses contributos, para quem, depois, fosse fazer o estudo os tivesse em consideração.

Depois avaliariam o que resultasse daí, no estudo de impacto ambiental e na discussão pública que a seguir tivesse. Portanto, aquela discussão pública servia como contributo para a avaliação do estudo de impacto ambiental que depois haveria de ter também, como era normal, uma discussão pública.

Questões que foram levantadas como, por exemplo, o caso da construção, como era óbvio numa zona daquelas da nossa cidade, não havia nenhum projeto que se pudesse desenvolver, com uma dimensão daquela natureza que não obedecesse a um Plano de Pormenor, isso era uma questão que não tinha discussão, e, por isso os técnicos que participavam no âmbito daquela equipa, que a APSS tinha a trabalhar naquele projeto, os técnicos da Câmara Municipal não consideravam que houvesse condições para dar andamento um projeto daquela natureza que não tivesse o desenvolvimento de um Plano de Pormenor. Um Plano de Pormenor que ele próprio também haveria de ter discussão pública, como era de lei.

Quis que ficasse claro, aquilo que naquele dia tratavam, aquilo que eram as etapas que se seguiam, e que esperavam que fossem feitas nos prazos mínimos que a lei estabelecia, e cada questão, na sua altura, seria devidamente equacionada.

Não sabia se um edifício de 6, de 7, de 10 ou 15 pisos, teria cabimento quando estivessem na discussão pública do Plano de Pormenor, isso era uma questão que teria de ser vista, porque o Plano de Pormenor haveria de considerar todas as questões urbanísticas de uma zona de sensibilidade, como a da zona ribeirinha.

Os particulares, ou outras organizações, quando se pronunciavam, no âmbito da discussão pública, colocavam as questões que lhes pareciam importantes. No âmbito da instituição Câmara Municipal, achava deverem conter a nossa posição, relativamente àquilo que era o âmbito, também, que os nossos técnicos, os departamentos que se elaboraram aquele parecer, o consideraram, porque esse era o âmbito da nossa intervenção do ponto de vista Institucional.



Quis dizer isso para que não entrassem em discussões que não valiam a pena, e com isso não queria dizer que as questões levantadas não eram pertinentes, o que dizia era que no âmbito do trabalho e da responsabilidade que lhes estava contida enquanto entidade pública, enquanto instituição, de estar a contribuir para a discussão pública daquele documento, não introduzissem um conjunto de questões que não vinha a propósito. A seu tempo, naturalmente que, a Câmara Municipal, como lhe competia, haveria de se pronunciar.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse ser um facto que discutiam apenas aquilo que era a definição do âmbito do estudo de impacto ambiental, mas com o senhor Presidente reconheceu, e bem, a marina não era uma estrutura hermética e, portanto, se fazia sentido avaliar aquilo que era o tráfego marítimo que ocorreria a sul da marina, porque estava com ela relacionado, fazia sentido também avaliar as alterações que se propunha a norte da marina, porque elas também teriam impacto no ambiente da cidade, nomeadamente, no que se referia, àquilo que eram as construções, nomeadamente o impacto de uma construção com utilização turística, que se presumia que fosse bastante regular, que previa 2400 m<sup>2</sup> de construção por piso, multiplicado por 17 eram 40.800 m<sup>2</sup> de construção utilizável com regularidade porque se não o projeto não tinha viabilidade.

Era importante que quando se fazia a avaliação, que se avaliasse também aquilo que eram os impactos, porque aquilo que lhes parecia era que aquela proposta do hotel, fazia sentido com a marina e, não faria sentido sem ela, e, portanto, a menos que se pretendesse fazer do hotel um farol, e manter o último piso sempre com a luz acesa, era importante que se avaliasse aquilo que era o impacto ambiental daquela construção.

Da mesma forma que os desvios de tráfego, que eram propostos, nomeadamente, aqueles que decorriam do impedimento de circulação rodoviária na Avenida Jaime Rebelo, por virem desembocar todos na Avenida Luísa Todi, e em zonas que já por si, na Avenida Luísa Todi, presentemente, tinham bastante tráfego, impediam que a Avenida Jaime Rebelo fosse uma via de fuga, e, portanto, representavam, ali também, um impacto ambiental que não decorrendo da marina em si, decorria daquilo que eram as alterações que eram feitas pela construção da marina, e, portanto, era importante que isso também fosse avaliado, e que também fosse estudado.

Do mesmo modo, quando olhavam para a marina, era completamente diferente o impacto ambiental de uma estrutura que ia do Cais 3 até ao Edifício da Lota, e que previa uma capacidade para cerca de 600 barcos, daquilo que seria o impacto de uma estrutura reduzida a sensivelmente a metade, mais coisa menos coisa, e que se iniciasse só a partir do extremo poente do Jardim da Beira-Mar, perlongando-se também até ao edifício da Lota.

E, era precisamente porque era fundamental que cada um tivesse bem presente aquilo que pretendia, aquilo que queria e aquilo que defendia, para aquele espaço, aquilo que achava que seria mais útil surgir ali, naquilo que era também a fruição daquele espaço pela população e as mais-valias, que quer a infraestrutura, quer as novas construções, quer toda a reabilitação urbanística daquela zona trariam para a cidade, era precisamente porque todos deveriam ter bem presente aquilo que queriam e defendiam fazerem questão de dizer desde o primeiro momento que entendiam que daquilo que era a zona ocupada pela marina deveria ser reduzida.

Naturalmente, teria por essa redução um impacto diferente daquilo que tinha a proposta que lhes era apresentada e, que entendiam deverem ser estudados todos aqueles impactos que decorriam, quer da alteração de tráfego, quer das construções particularmente e foi apenas aquela a que se referiram, à grande construção, ao grande hotel dos 17 pisos, que lhes era proposto.

Disse que as questões que colocou no que se referia às responsabilidades do município com a realocação das atividades desportivas do Clube Naval Setubalense que não estivessem relacionadas com a náutica, bem como a deslocalização dos barcos que estavam em terra, seriam responsabilidade do município de acordo com aquilo que constava da memória descritiva e justificativa da componente terrestre que lhe era apresentada no documento que estava em consulta pública.

Não eram questões que tivessem surgido, porque os vereadores do Partido Socialista lembraram-se que poderia não ser uma responsabilidade de um futuro concessionário, mas por que a proposta apontava para ser uma responsabilidade do município.

Quando falavam da realocização de barcos não estavam a dizer que situação atual fosse a mais aceitável, mas era uma situação que os colocava numa das zonas mais privilegiadas da cidade, estando em paralelo direto com embarcações, muitas delas abandonadas, que se encontravam no outro lado da rua. Muitas das embarcações que estavam no espaço onde o Clube Naval tinha a sua doca eram embarcações que eram maioritariamente de setubalenses, que não tinham capacidade financeira para ter o seu barco armazenado num outro espaço, provavelmente não o teriam ao relento durante todo o ano.

No que respeitava às atividades desportivas realizados no pavilhão do clube Naval, um dos poucos pavilhões que a cidade dispunha, era importante perceber de que forma o município pretendia deslocalizar aquelas atividades. Em julho, na última assembleia-geral do Vitória, tinha sido assumido pela direção do Vitória, que a viabilização da construção do espaço onde estava o Pavilhão Antoine Velge seria aquilo que permitiria o grande perdão de dívida da Parvalone.

Sem pretender misturar os assuntos, na verdade, num curto espaço de tempo viram-se confrontados com a necessidade de realojar atividades desportivas e práticas desportivas de dois dos maiores clubes da cidade que, subitamente iriam deixar de poder utilizar os seus pavilhões, pelo que seria importante, que fosse prestado o respetivo esclarecimento.

**Sr. Presidente** – Disse que não deixaria de considerar que as questões que o senhor vereador colocou não fossem questões pertinentes e importantes, no entanto, gostaria que ficasse bem claro, que não era aquele o âmbito da discussão que tinham, nem do parecer enquanto entidade pública que acompanhava aquele processo, porque aquilo que lhes pediam não era aquele tipo de considerações.

As entidades que estavam sediadas no terreno tinham determinados direitos e não era isso que estava em causa, isso seria considerado quando houvesse decisões relacionadas com intervenções no território. As intervenções no território teriam de ser feitas no âmbito de um Plano de Pormenor, teriam de ser negociadas, a Câmara, a APSS, o Clube Naval e outras entidades teriam os seus direitos salvaguardados, pelo que teria que existir uma negociação com a APSS ou com quem viesse ganhar o concurso, sem nunca colocar em causa os direitos de quem quer que fosse.

As questões levantadas pelo senhor Vereador seriam tratadas no âmbito do PDM, no âmbito do domínio do urbanismo.

Disse haver um dado de partida por entidades especializadas e conforme todo aquele processo fosse evoluindo haveria de existir alterações.

Alguém que assumisse a responsabilidade da construção da marina, não era dali que retiraria do seu rendimento do investimento que iria fazer, o retorno do investimento haveria de ser feito através na rentabilidade do imobiliário. Supondo que o estudo do Plano de Pormenor, nas limitações dos recursos hídricos, na área que estava disponível para se poder negociar, o imobiliário não tinha capacidade para construir algo que permitisse construir uma marina para 600 barcos, certamente seria necessário reformular tudo aquilo.

Tratava-se de questões que seriam colocadas no tempo próprio. Aquilo que falavam estaria relacionado com situações que deveriam, logo que se avançasse para um estudo de avaliação do impacte ambiental, dos mesmos serem considerados. Os resultados dos estudos teriam de ter em conta aquelas condicionantes.

Na proposta falava-se apenas do impacto das 600 embarcações, e os serviços propunham que não se tivesse só em conta o impacto das embarcações, mas toda a atividade que iria circular naquela zona da baía, sendo um contributo extremamente importante, para que se tivesse em conta, o impacto de tudo o que se iria passar naquela proximidade.

Relativamente àquilo que estaria relacionado com na zona ribeirinha, as questões a considerar, para além do plano dos recursos hídricos, como toda a frente ribeirinha foi conquistada ao mar, certamente que teriam condicionantes. Se tinham um plano de recursos

hídricos, esse plano era para o território terrestre. Havia um domínio e um conhecimento, que estava relacionado com as condicionantes que existiam e que deveriam ser considerados naquele estudo.

Quanto à questão do aumento do número de veículos a circular naquela zona, se iriam para a Av. Luísa Todi ou outro sítio qualquer, isso seria considerado quando fossem apresentados o Plano de Pormenor e o Estudo de Ocupação do Território. Certamente que haveria impactos ambientais, mas também se recomendava na proposta técnica da câmara que se tivesse em conta o Plano Municipal de Alterações Climáticas, que iria entrar em discussão pública e que iria chamar a atenção das alterações climáticas para aquela zona do território. Aquilo eram as questões que naquele momento deveriam ser colocadas para que a avaliação do impacto ambiental as tivessem em conta, sendo condicionantes às decisões que o documento final haveria de ter.

Disse que as questões do senhor vereador eram pertinentes e deveriam ser avaliadas, mas não era a altura de as colocar. As questões colocadas pelos nossos serviços eram essenciais para quem fosse adjudicado o estudo, as quais teriam que ter em conta.

Quando fizessem a discussão pública do estudo de impacto ambiental, certamente que nessa altura avaliariam as questões que ali foram colocadas, podendo ser consideradas no estudo de impacto ambiental.

**Sr. Vereador Joel Marques** – O senhor Presidente dissera e bem, que aqueles projetos não sustentavam apenas pela atividade náutica, sustentava-se pela componente imobiliária que lhes estava associada.

Na sua intervenção não se referiu a qualquer elemento da componente imobiliária, nem apresentou nenhuma nota menos positiva. O único edifício ao qual se referira, foi o edifício do hotel com 17 pisos, precisamente o único edifício que não fazia parte da concessão, de acordo com o projeto apresentado.

Disse que independentemente daquilo que era o projeto imobiliário que pudesse ser montado e da forma como ele tinha sido apresentado, seria equilibrado aquilo que lhes parecia desequilibrado, a dimensão na frente rio iria limitar o acesso dos cidadãos ao rio, apenas o espaço que ficava a poente na zona dos cacifos dos pescadores, já depois do edifício da Lota, iria impedir que toda aquela fruição pública entre o cais 3 e a zona do edifício dos pilotos e ICNF deixaria de ter uma acessibilidade direta ao rio.

Por essa razão, entendiam que a volumetria da marina era excessiva e a intervenção feita no plano de água para a marina e para as docas que também iriam servir para os navios de cruzeiro, deveria ser feita exclusivamente entre o limite poente do Jardim da Beira-Mar e o edifício da Lota, deixando toda a zona nascente, todo o Jardim da Beira Mar e o Cais 3 disponível para a população poder usufruir daquele espaço.

**Sr. Presidente** – Disse perceber a preocupação do senhor vereador Joel Marques, mas quando viesse a necessidade do estudo urbanístico que levaria ao Plano de Pormenor, essas questões teriam que ser avaliadas. Os setubalenses e a Câmara Municipal haveriam de se pronunciar relativamente à importância do acesso à população ao plano de água, certamente com algumas restrições como atualmente acontecia.

Na altura haveriam de discutir a proposta que lhes fosse apresentada, a qual haveria de apontar para um rendimento maior possível para quem se propunha fazer o investimento, no entanto, tudo aquilo teria limites. Certamente que a área dedicada à rentabilidade teria de ser reduzida, no entanto, seria uma matéria com que todos estariam preocupados, mas que na altura certa iria à discussão pública e nessa altura haveriam de se pronunciar.

Disse existirem técnicos da Câmara Municipal que acompanhavam os estudos e os planos elaborados por gabinetes técnicos da especialidade e também emitiam os pareceres, no âmbito daquilo que era a posição da Câmara relativamente ao acesso das populações à zona ribeirinha. No essencial, a preocupação que o senhor Vereador manifestou era uma preocupação de todos, pelo menos das forças políticas representadas na Câmara Municipal e também uma preocupação da população em geral.



Disse que aquela proposta teria de ser submetida para ter validade, o que seria muito importante que assim acontecesse. O essencial eram as questões que estavam identificadas na proposta e no parecer técnico da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

### **3. Deliberação n.º 451/2024 – Proposta n.º 30/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto “Operação de Loteamento do Casal das Pedreiras”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47.

**Sr. Presidente** – Disse que o estudo de impacto ambiental falava da questão das acessibilidades, do tráfego que iria gerar e daquilo que era a recomendação dos nossos serviços para que fosse encontrado o promotor que reconhecesse as soluções adequadas para o tráfego existente e aquele que iria resultar daquela construção.

No âmbito da discussão pública do estudo de impacto ambiental, aquelas questões deveriam ser consideradas, cabendo à Câmara Municipal colocar as questões relativamente à forma como elas eram tratadas no estudo de impacto e das recomendações que lhes cabia fazer no sentido de aprofundar o estudo, conforme a avaliação técnica que era feita.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **4. Deliberação n.º 452/2024 – Proposta n.º 31/2024 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas – Setúbal 2024**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que iria fazer duas notas prévias, sendo que a primeira estaria relacionada com a construção da mesma, sendo possível naquele ano de uma forma mais harmoniosa e mais comprometida por parte das bancadas, construir uma proposta única, em que as questões essenciais eram a leitura e interpretação daquilo que foram os contributos de cada uma das três bancadas representadas na Câmara Municipal, que permitiram levar uma proposta comum, que valorizava o exercício democrático de quem confiasse naquelas forças políticas, a responsabilidade de representar os interesses na Câmara Municipal.

Cumprimentou a bancada do Partido Social Democrata e também a bancada do Partido Socialista que no decorrer daquilo que foi a intervenção que o senhor Presidente da Câmara Municipal fizera na última reunião de câmara, apresentaram pronta e adequadamente a matéria relacionada com a construção das notas biográficas.

Na segunda nota sugeriu ao senhor Presidente que propusesse às bancadas, sem querer tirar a dignidade que se exigia a uma proposta daquela dimensão e considerando que ela sofreria a votação individual e nominal de todos os nomes ali propostos, considerando que era uma proposta que se tornaria imediatamente pública após a sua votação e que o seu conteúdo seria expresso.

Caso o senhor Presidente não visse inconveniente bem como as respetivas bancadas, faria a leitura das respetivas medalhas considerando as diferentes medalhas e dando a indicação dos respetivos nomes ou entidades não fazendo uma leitura de todos os currículos, fazendo

apenas referência às categorias das medalhas e enunciando o nome da respetiva individualidade, personalidade/instituição.

Não pretendia com aquilo retirar dignidade à proposta, no entanto, eram 80 notas biográficas que estariam à disposição de todo e qualquer cidadão que depois pudesse consultar, sendo apenas uma questão de organização da reunião que colocava à consideração das bancadas. Pretendia apenas a dar uma ressalva e pedir desculpa prévia. Ambas as bancadas do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, para algumas das propostas que fizeram chegar, os currículos eram extensos, razão pela qual tentaram uniformizar para a proposta ser mais equilibrada.

Colocou ao senhor Presidente, antes de fazer a leitura, à consideração a sua nota.

**Sr. Presidente** – Disse que se justificava aquela questão que o Senhor vereador Pedro Pina colocara. Logo que a proposta fosse votada, seria do conhecimento público, todos teriam a possibilidade de conhecer os vários currículos, alguns bastante extensos, o que obrigaria a ficar algumas horas para poder ler todos os currículos. Considerou que a identificação da entidade da personalidade e a medalha proposta seria suficiente naquela fase dos trabalhos. Questionou se os restantes vereadores concordariam.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que estavam de acordo com a metodologia e compreendiam a necessidade de uniformizar a dimensão das notas curriculares, caso contrário teriam uma proposta que em vez de 26 páginas teriam 52 páginas.

Disse que detetaram que numa das notas curriculares enviadas, a data de nascimento não correspondia à data correta.

Disse que iriam dar nota aos serviços para que na proposta que iria ser tornada pública pudesse ser feita a sua correção.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que concordavam com a metodologia, pelo que deveriam passar à leitura das propostas.

Seguidamente, procedeu-se à votação da proposta por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados (conforme documento anexo registado sob o n.º 49):

### **Medalha de Honra da Cidade**

#### **Classe Atividades Culturais**

Museu de arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) – Atribuída, por unanimidade

Cátia Oliveira (A Garota Não) – Atribuída, por unanimidade

João Bordeira – Atribuída, por unanimidade

Gaziela Dias – Atribuída, por unanimidade

Vasco Ribeiro Casais (OMIRI) – Atribuída, por unanimidade

Associação Setúbal Voz – Atribuída, por unanimidade

Joana Negrão (A Cantadeira) – Atribuída, por unanimidade

Célia David – Atribuída, por unanimidade

Fran Pacheco (A título póstumo) – Atribuída, por unanimidade

Eduardo Sant'Ana – Atribuída, por unanimidade

Adérito Gouveia – Atribuída, por unanimidade

Idaliano Batista – Atribuída, por unanimidade

João Coelho (Slow J) – Atribuída, por unanimidade

Aníbal Rui Rosado (Ruca) – Atribuída, por unanimidade

José António Chocolate Contradanças – Atribuída, por unanimidade

Luís Portela – Atribuída, por unanimidade

João Mangas Frangolho – Atribuída, por unanimidade

Pedro Freire (A título póstumo) – Atribuída, por unanimidade

GATEM – Espelho Mágico – Atribuída, por unanimidade

Eduardo José Ângelo– Atribuída, por unanimidade  
Rui do Cabo– Atribuída, por unanimidade  
José Condença– Atribuída, por unanimidade  
Armando Carvahêda (A título póstumo) – Atribuída, por unanimidade  
Sara Margarida– Atribuída, por unanimidade  
Isabel Vitor– Atribuída, por unanimidade  
Paulo Óscar– Atribuída, por unanimidade  
Ana Maria de Jesus Lopes– Atribuída, por unanimidade

**Classe Ciência e Tecnologia**

Ramiro Sousa – Atribuída, por unanimidade  
Dina Fernandes – Atribuída, por unanimidade  
António Canhão – Atribuída, por unanimidade  
Escola Básica de Azeitão – Atribuída, por unanimidade  
Agrupamento de Escolas Luísa Todi – Atribuída, por unanimidade  
Francisco Manuel Carrasco Lobo Soares–Atribuída, por maioria, com 9 votos a favor 1 voto contra e 1 voto em branco  
João Fernandes Martins–Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor 2 votos contra e 1 voto em branco  
António Trabulo– Atribuída, por unanimidade

**Classe Desporto**

João Alonso (A Título póstumo) – Atribuída, por unanimidade  
Associação de Ténis de Setúbal – Atribuída, por unanimidade  
André Narciso – Atribuída, por unanimidade  
Inês Vigário – Atribuída, por unanimidade  
Sandra Pinto– Atribuída, por unanimidade  
Rita Santos– Atribuída, por unanimidade

**Classe Associativismo e Sindicalismo**

Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo de Setúbal (APPDA)– Atribuída, por unanimidade  
Inovar Autismo – Atribuída, por unanimidade  
Centro de Apoio ao Sem Abrigo (C.A.S.A.) – Atribuída, por unanimidade  
USAZ – Associação Cultural de Azeitão – Universidade Sénior de Azeitão – Atribuída, por unanimidade  
Associação Columbófila do Distrito de Setúbal – Atribuída, por unanimidade  
APACCF – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – Atribuída, por unanimidade  
Grupo Motard Xupa Kabras – Atribuída, por unanimidade  
Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau – Atribuída, por unanimidade  
Henrique José Martins – Atribuída, por unanimidade  
Isabel Maria Pena Tomaz Quintas– Atribuída, por unanimidade  
Maria de Jesus Rosinha Henriques– Atribuída, por unanimidade  
Fernando Manuel Luz Anselmo– Atribuída, por unanimidade  
João Luís Silva– Atribuída, por unanimidade  
Diamantino Estanislau–Atribuída, por maioria, com 9 votos a favor e 2 votos em branco  
João Carpelho–Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor 1 voto contra e 2 votos em branco  
Joaquim Marcelino–Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor 1 voto contra e 2 votos em branco  
Graça Pereira–Atribuída, por maioria, com 10 votos a favor e 1 voto em branco

**Classe Paz e Liberdade**

D. Américo Manuel Alves Aguiar – Bispo de Setúbal – Atribuída, por unanimidade  
Padre Casimiro Simão Abreu Henriques – Atribuída, por unanimidade  
Padre Cláudio Rodrigues – Atribuída, por unanimidade  
Raul Tavares–Atribuída, por maioria, com 10 votos a favor e 1 voto contra



José Inácio Correia Belchior–Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor 1 voto contra e 2 votos em branco

Manuel Paulino Galhanas Vestias dos Santos–Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor 1 voto contra e 2 votos em branco

Celestina Neves–Atribuída, por maioria, com 8 votos a favor 1 voto contra e 2 votos em branco

#### **Classe Comércio**

Restaurante Taberna do Largo– Atribuída, por maioria, com 10 votos a favor e 1 voto contra

Henrique João Silva Santos – Atribuída, por unanimidade

Vítor Manuel Botas Campos – Atribuída, por unanimidade

Restaurante Tasca do Toninho– Atribuída, por unanimidade

Restaurante Casa do Mar– Atribuída, por unanimidade

Restaurante Praxedes– Atribuída, por unanimidade

Fernando Santana– Atribuída, por unanimidade

Manuel Mirante– Atribuída, por unanimidade

CityPrint– Atribuída, por unanimidade

VSPublicidade– Atribuída, por unanimidade

Restaurante Antoniu's– Atribuída, por unanimidade

Restaurante Pérola da Mourisca– Atribuída, por unanimidade

A Bica– Atribuída, por unanimidade

Café Baú– Atribuída, por unanimidade

Barbearia Hilário– Atribuída, por unanimidade

Barbearia Santos– Atribuída, por maioria, com 10 votos a favor e 1 voto em branco

- 5. Deliberação n.º 453/2024 – Proposta n.º 32/2024 – GAP – “Fornecimento de combustíveis rodoviários ao abrigo do Lote 1 do Acordo-Quadro de fornecimento de combustíveis rodoviários em Portugal Continental, celebrado pela ESPAP para o ano de 2025” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 6. Deliberação n.º 454/2024 – Proposta n.º 33/2024 – GAP – “Aquisição de serviços de aluguer e higienização de fardamentos de trabalho” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**7. Deliberação n.º 455/2024 – Proposta n.º 34/2024 – GAP – Integração dos Serviços Municipalizados de Setúbal no Regulamento Municipal da Proteção dos Dados Pessoais do Município de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 e 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 456/2024 – Proposta n.º 12/2024 – GADSEA – Apoio financeiro à União das Freguesias de Setúbal para aquisição de equipamento para Serviços de Limpeza Urbana – 2.ª Edição do Prémio Selo Verde**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 457/2024 – Proposta n.º 13/2024 – GADSEA – Aditamento do contrato interadministrativo com a AMRS sobre a Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 458/2024 – Proposta n.º 14/2024 – GADSEA – Prorrogação do prazo oficial de consulta pública do Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**11. Deliberação n.º 459/2024 – Proposta n.º 87/2024 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 5.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 a 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**12. Deliberação n.º 460/2024 – Proposta n.º 88/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação do lote de terreno n.º 111, do Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Sugeriu que do ponto 13 ao ponto 17, sobre o cancelamento de cláusulas de reversão, fossem votados conjuntamente.

**Sr. Presidente** – Informou os vereadores e com o acordo de todos colocou a votação as deliberações n.ºs 461/2024 a 465/2024.

**13. Deliberação n.º 461/2024 – Proposta n.º 89/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Terroa (Peixe Frito), na Rua Serra da Arrábida, n.º 106, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 12).

**14. Deliberação n.º 462/2024 – Proposta n.º 90/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Bairro do Casal das Figueiras, na Rua Abel Viana, n.ºs 22 e 24, da União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 12).



**15. Deliberação n.º 463/2024 – Proposta n.º 91/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Pote d'Água, na Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71 – 4.º C, fração “T”, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 12).

**16. Deliberação n.º 464/2024 – Proposta n.º 92/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Pote d'Água, na Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 1 – 4.º B, fração “S”, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 12).

**17. Deliberação n.º 465/2024 – Proposta n.º 93/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito em Terroa (Peixe Frito), na Rua Serra de São Luís, n.º 3, Bairro 1.º Maio, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 12).

**18. Deliberação n.º 466/2024 – Proposta n.º 94/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contrato de arrendamento – Serviços Municipalizados de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 e 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 467/2024 – Proposta n.º 95/2024 – DAF/DICONT/SERGEP/DURB – Alienação de 7 lotes de terreno, para construção, sítios na Nova Azeda, Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 71 a 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **20. Deliberação n.º 468/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DRH/DIDEC – SIADAP 1 - Ratificação da Avaliação das Unidades Orgânicas referente ao ano de 2023**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a avaliação das unidades orgânicas de acordo com aquilo que estava estabelecido na proposta obedecia a três critérios, eficácia, eficiência e qualidade.

Relativamente aos relatórios de avaliação nada tinham a acrescentar, a não ser ao relatório de avaliação da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, porque conforme o relatório, o desempenho da Companhia de Bombeiros Sapadores, os seus objetivos de eficácia e de eficiência ficavam hipotecados em função do exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores, a qual só terminou em meados de novembro de 2023.

Nenhuma unidade orgânica ou trabalhador, por arrasto e por força de razão, poderiam ser prejudicados na sua avaliação pelo legítimo direito à greve constitucionalmente previsto.

A proposta de atribuição de satisfatório feria a Constituição da República, pelo facto de ter exercido o direito à greve na justa reivindicação dos seus direitos, os trabalhadores da unidade orgânica onde estavam inseridos não poderiam de forma alguma serem penalizados e era aquilo que acontecia naquela proposta.

A avaliação de desempenho daqueles profissionais deveria ser no mínimo enquadrada com aquilo que fora o desempenho que tiveram, não podendo ser prejudicada pelo exercício do direito à greve. Agiram com eficácia e com eficiência e era isso que teria de ser avaliado.

Solicitou ao senhor Presidente que pudessem votar separadamente na proposta de avaliação de todas as unidades orgânicas à exceção da Companhia de Bombeiros Sapadores, porque aquela não lhes oferecia nenhuma dúvida em fazer uma votação à parte, porque tinha um sentido de voto distinto relativamente ao relatório de desempenho da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a questão relativamente à avaliação de desempenho da Companhia de Bombeiros Sapadores foi por si suscitada, tendo em conta que os objetivos elencados para o ano 2023 ficaram comprometidos relativamente à questão, que segundo o senhor comandante, não foram concretizados tendo em conta a questão da greve. A ideia inicial seria que o departamento não fosse avaliado por essas questões, contudo, pedido um parecer jurídico, verificou-se que as unidades orgânicas não poderiam ficar sem avaliação por aquele motivo, sendo que os objetivos foram avaliados tal e qual conforme foram decididos no início de 2023.

Relativamente à questão de alguém ficar prejudicado, informou o senhor vereador, que a avaliação do SIADAP I nada interferia na avaliação de cada trabalhador, ninguém ficava prejudicado ao contrário daquilo que tinha sido dito pelo senhor vereador. Aquela avaliação não era negativa. O comandante dissera na sua avaliação que não poderia confirmar que os objetivos tivessem sido superados, porque na realidade não foram devido às questões da greve. Não era uma questão negativa, aconteceu na realidade e aquela avaliação deveria refletir aquilo que era o desempenho de cada um dos departamentos. Poderia não ter a ver exatamente com questões relacionadas com os trabalhadores, poderia estar relacionado com outras questões de direção. Naquele sentido, a avaliação não era negativa nem prejudicava absolutamente ninguém.

O senhor Vereador disse que os trabalhadores ficariam prejudicados, mas não havia nenhum único trabalhador que ficasse prejudicado pelo facto de o desempenho ter sido considerado satisfatório.

Lembrou que aquela responsabilidade da indicação dos objetivos, bem como da sua monitorização e avaliação cabia aos dirigentes da Câmara Municipal, após concordância dos



eleitos do pelouro e do senhor comandante, conforme constava no relatório, não conseguiram superar os objetivos inicialmente estabelecidos para o ano 2023.

Quanto a votar cada uma das propostas em separado, a questão nunca foi colocada, elas faziam parte de um conjunto. Naquele momento o SIADAP I estava daquela forma, aguardavam que saísse a portaria relativamente a todas as alterações ao SIADAP. De futuro aquelas avaliações que eram indicativas e que não tinham em termos concretos grandes consequências e nessa altura as questões seriam diferentes, naquele momento aquilo não se colocava. Não fazia sentido votar departamento a departamento as avaliações, porque o SIADAP da câmara era único e aquele era o resultado do conjunto dos departamentos.

**Sr. Vereador Joel Marques** – A proposta do Partido Socialista era no sentido de votar não na unidade orgânica, mas fazer duas votações, sendo uma para a Companhia de Bombeiros Sapadores e outra para as restantes unidades orgânicas, para as quais já tinha tido oportunidade de dizer os relatórios de avaliação não lhes suscitavam nenhuma dúvida.

Disse que foram chamados a ratificar a avaliação das unidades orgânicas e a bancada do Partido Socialista entendia que não poderia ratificar uma avaliação que tinha por base um não cumprimento de objetivos estabelecidos, incumprimento esse que decorria exclusivamente daquilo que foi o exercício do direito à greve dos trabalhadores. Se tivesse sido uma questão tão estranha, não teriam suscitado dúvidas à senhora vice-presidente que tivera a oportunidade de dizer que solicitou um parecer jurídico. Gostaria que o mesmo pudesse ter feito parte daquela proposta, no entanto, não seria por isso que teriam um entendimento distinto.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a questão do parecer jurídico estaria relacionada com o facto de o senhor comandante não se sentir à vontade de fazer a avaliação de um período em que ele considerou que os objetivos não foram superados ou atingidos, uma vez que houve uma greve.

A proposta do senhor comandante era que o departamento não fosse avaliado, no entanto, verificou-se que teria que existir uma avaliação.

Disse que não tivera dúvidas por ser uma avaliação satisfatória ou não.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que aquele sistema de avaliação tinha as suas debilidades, mas a posição da sua bancada iria ser de abstenção, atendendo a que não era claro que todos os departamentos e direções tivessem a mesma classificação de uma forma genérica, porque também não entendiam exatamente os indicadores, os parâmetros, objetivos e os critérios.

Relativamente à questão da votação em separado era-lhes indiferente, porque iriam ter a mesma votação, mas sendo um sistema só de avaliação faria sentido votar tudo em conjunto, mas não se opunham caso pretendessem votar em separado.

**Sr. Presidente** – Disse que se tratava de uma única proposta que fazia aquela avaliação do conjunto dos departamentos. Considerava que não era adequado fazer aquela separação, tal como tinha sido referido pela senhora Vice-Presidente, tratava-se de um resultado da avaliação dos dirigentes da Câmara Municipal e era a eles que cabia fazer essa avaliação e não aos vereadores fazer aquele tipo de avaliação.

Quando se referia que o desempenho era satisfatório, resumia o problema e aquela era a única questão que colocava, para que não houvesse dúvidas nenhuma. O que estava em causa era os critérios na avaliação que cada um dos dirigentes fazia sobre os serviços que tinham à sua responsabilidade.

Disse que o relatório e a posição que o senhor comandante assumira era legítima, considerando que aquela era a melhor forma de defender os interesses da Companhia de Bombeiros no que estava em causa, tendo sido de uma forma muito ponderada a avaliação feita pelo senhor comandante. Não deveriam separar as propostas, porque estariam a fazer



separações que não faziam sentido naquele quadro, por essa razão colocaria a proposta a votação em conjunto.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Fez a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista absteve-se nesta proposta, não querendo de forma nenhuma bloquear aquilo que é a avaliação da globalidade das unidades orgânicas, mantendo ainda assim a sua frontal oposição à forma como é avaliado uma unidade orgânica, cuja avaliação decorre daquilo que foi o exercício durante um ano do direito à greve dos trabalhadores.”

## **21. Deliberação n.º 469/2024 – Proposta n.º 17/2024 – DEB/DIGEPE – Projeto piloto – Ocupação de tempos livres para crianças com necessidades específicas**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse considerava aquele projeto-piloto de atividades ocupacionais e tempos livres para crianças com necessidades específicas, de relevante importância dado o suporte necessário aos encarregados de educação cuidadores, mas considerava, por uma questão de amplitude de conhecimento, que era importante terem um maior detalhe do projeto-piloto para aprofundarem as atividades propostas, os domínios da intervenção, o número de crianças, os critérios de seleção em função das características funcionais já referidas e os recursos envolvidos.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a senhora Vereadora Patrícia Paz tinha toda a razão, deveria ter vindo mais detalhado relativamente ao projeto.

Referiu que iriam fazer uma avaliação de como correu durante uma semana na Escola dos Arcos, tendo sido abrangidas cinco jovens. Falavam de crianças do 2.º e 3.º ciclo de escolaridade, que normalmente eram aquelas que não tinham resposta para aquele tipo de questões.

Houve a preocupação de haver um técnico por criança, para além de mais técnicos suplementares, porque falavam de jovens com 14, 15 e 16 anos que tinham necessidade de acompanhamento.

De acordo com a equipa do Centro de Apoio à Aprendizagem da escola se 2/3 Barbosa de Bocage e em colaboração com os pais, combinaram fazer uma avaliação de como decorreu.

A ideia era continuar a fazer aquele projeto e poderem replicar noutras interrupções letivas.

Quando tivessem a monitorização poderiam fazer chegar com a respetiva avaliação.

De acordo com a primeira impressão decorreu muito bem, tendo sido uma boa aposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **22. Deliberação n.º 470/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico 2024/25**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 76 a 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 471/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DEB/DIGEPE – Alteração à constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 472/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DEB/DIGEPE – Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho – Ano letivo de 2024.25**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 84 a 93, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 473/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DOM – CP 23/2024/DOM – Empreitada “Construção do Campo Júlio Tavares - Praiense” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 94.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que de acordo com aquela proposta a Câmara Municipal não contaria para já, que a DATAREDE fizesse a respetiva empreitada.

Questionou se a obra ou a empreitada era total, ou se excluía as bancadas, o bar e o ginásio e se não iria ficar completo aquilo que era o projeto para aquele campo.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Os Vereadores do Partido Socialista eram favoráveis à execução daquela obra, eram tão favoráveis que no passado dia 27 de março votaram favoravelmente a sua inclusão no anexo 9, o contrato de concessão do estacionamento tarifado, por substituição da intervenção absurda que fazia parte do caderno de encargos da daquela concessão.

Desde o dia 27 de março que aquela obra era, com o voto favorável dos vereadores do Partido Socialista, para além de uma legítima aspiração da população da freguesia do Sado, uma responsabilidade da DATAREDE.

Por essa razão, não poderiam aceitar que o município gastasse entre financiamento e juros bem mais de 1 milhão de euros, para executar uma obra que era da responsabilidade de um terceiro.

O senhor Presidente diria que se tratava de uma obra urgente e necessária para a população do Sado, da qual o Partido Socialista concordava, porque era uma justa reivindicação, mas

era uma obra que já era urgente, necessário e uma justa reivindicação há 3 ou 5 anos que poderia ter sido incluída no anexo 9 desde a primeira hora, quando em 2020 tinha sido lançado o concurso, que podia nem sequer ter sido incluída no anexo 9 em 27 de março, dada a urgência da obra e previsível litigância com DATAREDE.

A aprovação daquela proposta retirava a eficácia prática da deliberação de 27 de março e a aprovação da proposta que discutiam era algo que só fazia sentido se fosse precedida por uma nova alteração ao anexo 9, que viesse substituir aquela obra por outra qualquer contrapartida a atribuir pela DATAREDE ao Município.

**Sr. Presidente** – Disse que a Câmara Municipal tomou as decisões sobre àquela matéria, tendo a provação de todas as bancadas relativamente à decisão, de que fosse a DATAREDE a requalificar aquele campo. Nunca lhes fora dito que não, antes pelo contrário, o que poderia ser verificado nas atas.

No entanto, o tempo passou, cerca de um ano e meio que aquela questão foi colocada à empresa e não houve concretização, pelo que a câmara entendera que deveria tomar as medidas no sentido de obrigar formalmente a empresa a definir-se.

Desde que a Câmara Municipal tomou a decisão de dar um prazo para a empresa realizar a obra e a empresa numa primeira resposta disse que naquele prazo não conseguia executar a obra que a câmara lhe impusera, de imediato a Câmara Municipal solicitou à empresa para apresentar uma proposta para a realização da obra.

A resposta ainda não veio e a Câmara Municipal continuava a cada 15 dias a questionar a empresa para quando.

Aquilo que decidiam era que aquela obra pudesse ser realizada em tempo útil e quando abrissem o concurso, não estariam a adjudicar a obra. Caso a DATAREDE desse uma resposta, que ainda não deu, o executivo ponderaria. O executivo não tinha nenhum compromisso com adjudicação, no entanto, não poderia continuar à espera de uma coisa que não tinha tempo definido para se realizar.

O importante era o compromisso que tinham com as populações e certamente que a empresa assumiria as consequências da não realização da obra, no sentido de dar resposta àquilo que foi uma determinação da Câmara Municipal, respondendo à necessidade da população e aos compromissos que estabelecera com a população.

Era aquele o caminho que traçaram, era aquela a proposta que assumiam e foi aquilo que defendiam quando levaram a proposta do empréstimo à Assembleia Municipal.

Apresentavam aquela proposta para que em tempo útil aquele campo fosse executado e que as populações pudessem beneficiar da respetiva infraestrutura.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse saberem o que era a litigação judicial em Portugal e caso a DATAREDE não cumprisse entrariam em litigação. Entre recursos e contrarrecursos, ficariam dois, três, quatro, cinco ou dez anos à espera que a litigação acabasse. Teriam de prevenir a possibilidade que existia.

Durante o processo de obra, se a DATAREDE entendesse ceder àquilo que era o compromisso que assumiu e cumprisse a sua parte, em qualquer momento a DATAREDE poderia pagar a obra. Significava que o empréstimo que existia para a obra ser concluída não seria utilizado. Tratava-se de criar todos os mecanismos e ter todas as possibilidades abertas para concretizar aquele objetivo que era uma aspiração da população do Sado.

O processo com a DATAREDE continuava, mas não parava a execução daquela aspiração. Aquela era a questão que estava em cima da mesa, com aquela solução, que foi encontrada e muito bem, quer do ponto de vista do interesse público, quer da visão da população do Sado.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 votos contra do PS.



**26. Deliberação n.º 474/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DOM – CPCC 11/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-Construção do Mercado de Brejos de Azeitão” - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 95 a 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 475/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DOM – CPCC 12/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-Construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas” - Aprovação do projeto de decisão, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 98 a 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 476/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DOM – CP18/2024/DOM – Empreitada “Pavilhão João dos Santos” - Aprovação do relatório único, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 101 a 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 477/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DOM/DIHAB – Protocolo de cedência de utilização partilhada de sala autónoma entre o Município de Setúbal e o morador Euclides Lourenço Évora Soares**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 104 e 105.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o protocolo já tinha alguns anos e era renovado todos os anos, um protocolo de ocupação de um espaço no mercado municipal e com responsabilidade do senhor Euclides, de resposta a ações concretas, formativas e outras no quadro do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”. Tratava-se de um protocolo distinto do regulamento que estabeleceram para as atividades económicas em espaços habitacionais. Aquele era um espaço não habitacional e tratava-se de um protocolo de entrega de um espaço para um munícipe que fez um trabalho notável na área do “*design*” de roupas e do calçado, pelo que se propunha a aprovação de uma prática da continuação daquele protocolo, por ele cumprir com as responsabilidades que lhe foram atribuídas.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 478/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DOM – CPCC 15/2024/DOM – Empreitada de “Conceção-construção do auditório de Azeitão” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 106 a 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 479/2024 – Proposta n.º 83/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta Prévia n.º 122/2024/DAF/DICOMP/SECOMP - Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota Municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2024/2025, ao abrigo do lote 2 do acordo quadro AQ-CR-2023, da ESPAP – PAQ N.º 1509/2024/DITEM**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 480/2024 – Proposta n.º 85/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 24/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços para elaboração de projeto de execução de arquitetura e especialidades para a Escola Básica 2/3 Barbosa du Bocage - Abertura**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Sugeriu que os apoios financeiros, detalhando o que seria mais relevante, fossem votados conjuntamente para poderem apressar a marcha dos trabalhos.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que iria alterar a ordem das propostas, juntando os apoios financeiros, enunciando as propostas de apoio financeiro a entidades, o que significava a alteração da ordem das propostas, mas que ficasse sinalizada na ata que se manteria a apresentação das propostas.

Face à proposta do senhor Vereador Paulo Calado, com a concordância da bancada do Partido Socialista e com a anuência do senhor Presidente, colocou à votação a deliberação n.º 481/2024 “Apoio financeiro à realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Troia 2024”, deliberação n.º 482/2024 “Apoio financeiro à alta competição às modalidades desportivas coletivas”, deliberação n.º 484/2024 “Federação Portuguesa de Damas - Apoio financeiro”, deliberação n.º 486/2024 “20.º Festival de Bandas Filarmónicas da cidade de Setúbal” e a deliberação n.º 487/2024 “Apoio financeiro ao Moto Clube de Setúbal - Encontro de Motard”.

**Sr. Presidente** – Colocou à votação em conjunto as deliberações n.ºs: 481/2024, 482/2024, 484/2024, 486/2024 e 487/2024, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade e em minuta.

**33. Deliberação n.º 481/2024 – Proposta n.º 101/2024 – DCDJ/DIMEF – Apoio financeiro à realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Troia 2024 - Ratificação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 111 e 112 (ver ponto 32).

**34. Deliberação n.º 482/2024 – Proposta n.º 102/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Alta Competição às modalidades desportivas coletivas – Época desportiva 2023-2024**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 32).

**35. Deliberação n.º 483/2024 – Proposta n.º 103/2024 – DCDJ/DIDES – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal – Consulta pública**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 114 a 116.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que se tratava do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto no Município de Setúbal, que a par daquilo que foi o Plano Estratégico da Cultura, que estava disponível para uma análise e um diagnóstico daquilo que era o conhecimento apropriado da realidade.

Referiu serem documentos que se impunham para o exercício e para a tomada de decisão política, como tal, não deveriam ser desconsiderados. Quando se tratava de política local, sem prejuízo de quem exercia, deveria suportar numa análise rigorosa, para que melhor permitisse uma discussão democrática, ampla e de participação, independentemente daquilo que fosse a opinião e argumentação que cada força política representada no quadro dos órgãos municipais pudesse ter.

Aquele documento merecia a mais elevada consideração, no sentido em que o percurso que Setúbal fez ao longo das últimas décadas, merecia que fosse consubstanciado naquele trabalho.



Aquele trabalho teve como entidade parceira a CEDRU da qual merecia o seu reconhecimento, tendo também sido a entidade que assumira a responsabilidade na construção da Carta Educativa.

Sem prejuízo daquilo que era o próprio texto contido na proposta, apenas elencaria três ou quatro aspetos que lhe pareciam importantes.

A questão da visão do plano que tinha três vetores fundamentais, promover a qualidade de vida, capitalizar o potencial desportivo e valorizar o território. A visão que suportava em quatro eixos fundamentais, o eixo 1 - A qualificação do sistema desportivo; o eixo 2 - A otimização da rede de equipamentos desportivos; o eixo 3 - O fomento da prática desportiva e da atividade física e o eixo 4 - A valorização da imagem dos recursos territoriais através do desporto. Para cada um daqueles eixos existiam objetivos estratégicos que estavam suportados na respetiva proposta.

Disse que gostaria de valorizar algo que era relevante, tratando-se de uma proposta que partiria para o processo de consulta pública, ficando à disponibilidade dos senhores Vereadores e de todos os que, numa leitura detalhada, pudessem querer apresentar e sugerir um conjunto de contributos, do ponto de vista da metodologia de participação que dava sentido àquele documento, a apresentação ao Conselho Municipal de Desporto, a concretização de um inquérito a 102 entidades do concelho, públicas e privadas, a realização de 3 grupos temáticos que permitiu não só entidades com fins lucrativos, clubes, modalidades, atividades físicas e desportivas informais, dar o seu contributo com a realização de workshops, entrevistas personalizadas a presidentes de junta de freguesia e ainda a sessões públicas de apresentação, nomeadamente aquela que se realizou no dia 14 de novembro, apresentando a fase 1 e fase 2.

Referiu ser um documento que a todos deveria merecer a atenção e que acima de tudo valorizava um conhecimento de todos sobre aquilo que era a realidade e um olhar estratégico para o desenvolvimento do desporto no território do município de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **36. Deliberação n.º 484/2024 – Proposta n.º 104/2024 – DCDJ/DIDES – Federação Portuguesa de Damas - Apoio financeiro**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 117 e 118 (ver ponto 32).

### **37. Deliberação n.º 485/2024 – Proposta n.º 105/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**38. Deliberação n.º 486/2024 – Proposta n.º 106/2024 – DCDJ/DICUL – XX Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal – Apoio financeiro**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 120 e 121 (ver ponto 32).

**39. Deliberação n.º 487/2024 – Proposta n.º 107/2024 – DCDJ/DIDES – Moto Clube de Setúbal – Encontro Motard - Apoio financeiro**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 122 e 123 (ver ponto 32).

**40. Deliberação n.º 488/2024 – Proposta n.º 82/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 124 e 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**41. Deliberação n.º 489/2024 – Proposta n.º 84/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão – Declaração de caducidade da adjudicação e consequente decisão de adjudicação ao 2.º classificado**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 126 e 127, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**42. Deliberação n.º 490/2024 – Proposta n.º 86/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 33/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em edifícios desportivos, pelo período de 26 meses - Abertura**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 128, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**Sr. Vereador Paulo Calado** – Propôs que fossem votados os pontos subsequentes em conjunto.

**Sr. Presidente** – Colocou à votação as deliberações desde o n.º 491/2024 ao n.º 502/2024 inclusive, tendo sido aprovadas por unanimidade.

**43. Deliberação n.º 491/2024 – Proposta n.º 153/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “paragem e estacionamento proibidos”, na Rua do Gaz**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 129 a 131 (ver ponto 42).

**44. Deliberação n.º 492/2024 – Proposta n.º 154/2024 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 85m2 em empena - Processo n.º 62/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 132 a 134 (ver ponto 42).

**45. Deliberação n.º 493/2024 – Proposta n.º 155/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 10/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 135 e 136 (ver ponto 42).

**46. Deliberação n.º 494/2024 – Proposta n.º 156/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 - Processo n.º 639/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 137 e 138 (ver ponto 42).

**47. Deliberação n.º 495/2024 – Proposta n.º 157/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 640/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 139 e 140 (ver ponto 42).

**48. Deliberação n.º 496/2024 – Proposta n.º 158/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 642/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 141 e 142 (ver ponto 42).



**49. Deliberação n.º 497/2024 – Proposta n.º 159/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 643/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 143 e 144 (ver ponto 42).

**50. Deliberação n.º 498/2024 – Proposta n.º 160/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 646/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 145 e 146 (ver ponto 42).

**51. Deliberação n.º 499/2024 – Proposta n.º 161/2024 – DURB/GARIU – Continuidade de 3 painéis publicitários**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 147 e 148 (ver ponto 42).

**52. Deliberação n.º 500/2024 – Proposta n.º 162/2024 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 49m2 em empena - Processo n.º 84/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 149 a 151 (ver ponto 42).

**53. Deliberação n.º 501/2024 – Proposta n.º 163/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho de gelados - Processo n.º 90/24**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 152 a 154 (ver ponto 42).

**54. Deliberação n.º 502/2024 – Proposta n.º 164/2024 – DURB/GAGEF – Levantamento de suspensão da licença de loteamento – Alvará de loteamento 01/1996 - Processo n.º 707/92**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 155 a 158 (ver ponto 42).

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Carlos** – Disse que o tema que iria abordar estaria relacionado com a situação da marina e com o trânsito envolvente ao cruzamento da Rua Oeste do Mercado e a Avenida Luísa Todi.



Começou por elogiar o senhor Presidente e agradecer a divulgação que fizera sobre o plano de alterações ao trânsito no Montalvão, no entanto, não se apercebera relativamente à obra da marina uma iniciativa idêntica.

A população de Setúbal não tivera oportunidade de se pronunciar sobre o que iria acontecer, nem sobre as dimensões, nem sobre rigorosamente nada. Disse que não tivera conhecimento e pediu desculpa caso tivesse existido alguma iniciativa da parte da câmara naquele sentido. Disse ser demasiado marcante para a cidade de Setúbal, para que pura e simplesmente estivessem a discutir ou a votar os estudos de impacto ambiental, não era o mesmo que qualidade de vida. Entre o impacto ambiental e qualidade de vida, eram duas placas tectónicas em que em baixo, no meio, era lava onde os setubalenses iriam viver, por não terem oportunidade de se pronunciar a seu devido tempo.

Em Portugal era assim, ia-se aprovando coisas ligeiras e passageiras nas periferias do tema e a pouco e pouco ia-se chegando à situação final em que tudo tinha sido aprovado, sem que nada tivesse sido discutido. Conforme o senhor Presidente disse ainda iria para o pormenor, mas quando chegassem ao pormenor o geral já tinha sido aprovado. A população de Setúbal não debatera aquele tema.

Disse pressupor que se tratava de uma obra da APSS, sendo que Setúbal vivia sobre a canga da APSS há dezenas e dezenas de anos. Setúbal enquanto cidade não tinha capacidade de dispor sobre a orla marítima da cidade, porque a mesma estava a cargo da APSS.

No entanto, algumas questões se colocavam. Questionou se as atracagens iriam ser vendidas e que benefícios é que decorria para a população. Questionou se iriam ficar isentos de IMI e se iriam ter isenção de IRS.

Perguntou sobre os benefícios que a câmara iria ter, mas que provavelmente não iria ter nenhuns benefícios. Setúbal recebia da APSS coisas marginais, basicamente os 200 ou 300 salários de quem lá trabalhava, bem como o escoamento de produtos que vinham de todo o centro da Península Ibérica, no entanto, Setúbal vivia com a canga da APSS em cima desde há décadas, o que não estaria correto.

A orla marítima do Sado era de Setúbal e não da APSS, a APSS tinha o porto. Haveria que se debater aqueles assuntos de uma forma assumida.

Disse que lhe interessava saber qual iria ser a distribuição dos proventos relativamente às atracagens. Deu o exemplo de Vila Real de Santo António, cuja marina estava incluída na cidade, sem ter afetado o trânsito da cidade. Aquela questão era fundamental, porque atualmente já existiam engarrafamentos naquele nó em particular e quando viesse todas aquelas novas infraestruturas iria ser um pandemónio imenso, que iria estragar a qualidade de vida dos setubalenses para sempre.

Questionou sobre, onde a população de Setúbal tivera a oportunidade de se pronunciar sobre aquela situação.

Disse que naquele dia esteve na APSS para analisar a consulta pública e ver os documentos que existiam, os quais mandaram-lhe fazer a consulta junto da Câmara Municipal de Setúbal. A APSS chegou ao ponto da arrogância ao recusar mostrar a um munícipe, sobre o que iria acontecer na cidade e quais seriam as suas consequências.

Literalmente Setúbal iria ficar com uma barreira de acesso ao rio, com barcos que viriam de todo o lado.

Chamou a atenção que no caso de Vila Real de Santo António, os proventos da exploração da marina eram revertidos para o Clube Naval local, que por sua vez corria o país inteiro em atividades lúdicas na área naval.

Disse que tiveram grandes exemplos de prática desportiva de vela, um dos quais todos conheciam que era o João Cabeçadas e questionou onde ficaria o Clube Naval, se era aquela infraestrutura que ficava próximo do Parque Urbano de Albarquel.

Mencionou que em tempos praticava vela, judo e vários desportos no Clube Naval, tendo questionado onde iria parar o Clube Naval e o que iria acontecer à cidade de Setúbal. Referiu que não colocava em causa a construção de uma torre de 15 andares, que certamente serviria para os ricos poderem ver a pobreza da cidade. Questionou se os dinheiros daquela concessão iriam permitir limpar e reconstruir a nossa cidade e torná-la mais bonita.



Mencionou que junto à torre existia uma infraestrutura retangular que não se percebia o que era, questionou se servia para serviços de apoio ou se seriam piscinas. Caso fosse destinado a piscinas, sugeriu que construíssem no último piso da referida torre. Como exemplo, referiu que em Singapura existia um edifício constituído por três torres ligados na parte superior onde construíram piscinas panorâmicas.

Questionou se era preciso ocupar aquele território todo.

Disse terem que pensar Setúbal em termos de vias de acesso e o problema que ali estava era que Setúbal não foi preparada para uma infraestrutura daquela natureza e daquela categoria. Não tinham em Setúbal uma cadeia de distribuição do trânsito citadino suficiente para esgotar o trânsito atual.

O cruzamento a que fez referência, que sai de uma placa teoricamente rotativa e juntas diretamente com a Rua Ocidental do Mercado, tinha muito trânsito a sair daquela rua, era um foco de tenção, um foco de engarrafamentos e de transtornos. Disse terem de encarar aquele projeto de uma forma em que a população estivesse consciente dos impactos que aquilo iria ter.

Em termos do interesse camarário e do interesse municipal, os proventos resultantes da marina deveriam vir para a cidade e não deveriam ir para Lisboa, porque Setúbal já pagava todos os impostos que tinha que pagar e mais alguns.

Disse que estiveram envolvidos na Área Metropolitana de Lisboa no NUTS II, da qual tivera a honra de poder dizer que se debateu e feito o estudo para destacar a Península de Setúbal da Área Metropolitana de Lisboa, pelo que seriam NUTS II no próximo quadro comunitário de apoio, mas até à data sofreram a canga de Lisboa, que os tratavam como uma “quintarola”, que punham e dispunha de Setúbal de tudo e mais alguma coisa. Tudo aquilo estava mal, pelo que teriam que se debater por aquilo que era nosso e dar qualidade de vida aos setubalenses.

Disse que não viu em todo aquele processo uma voz ativa da câmara a apresentar aos munícipes, bairro a bairro, como fez com o estacionamento em Montalvão, dando oportunidade aos munícipes de conhecer aquele projeto a fundo. Pediu desculpas ao senhor Presidente, porque era uma crítica que lhe fazia que deveria ter acontecido.

Pediu desculpas aos presentes pelos erros que tivesse cometido na sua intervenção.

**Sr. Presidente** – Disse agradecer a intervenção do senhor Carlos e as suas preocupações. Todos tinham muitas interrogações sobre aquele projeto e os impactos que ele iria ter para a cidade.

Referiu que foi decido há muito tempo que Setúbal teria uma marina, a qual nunca viu ser contestada. Sabiam que quem tinha aquela competência, porque a marina se desenvolvia em água, seria a APSS e sobre isso não haveria dúvidas nenhuma.

Disse que já alguns anos que mantinham uma relação muito próxima e muito colaborativa com a administração portuária, conseguindo dar passos importantes na defesa do interesse da cidade.

Verificaram que ao contrário de outras situações, a atividade portuária ia chegando-se para nascente, afastando-se daquilo que era a frente urbana, o que era muito positivo.

De acordo com uma situação que se passou consigo, há muitos anos, em Lisboa, a administração portuária apresentara um plano urbanístico para a frente ribeirinha de Lisboa, o chamado “POS OR”, o qual fez correr tanta tinta, que depois acabara por haver um entendimento entre o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Jorge Sampaio e o Conselho de Administração do Porto de Lisboa.

O Conselho de Administração de então apresentou um projeto urbanístico para a frente da cidade, caso fosse implementado acabaria a ligação da cidade com o rio, porque toda aquela frente pertencia à administração portuária.

Naquela altura ficou muito claro que as administrações portuárias era um Estado no Estado. Na altura estava na Assembleia Municipal de Lisboa e era deputado na Assembleia da República, e pode constatar que todos os partidos apresentaram projetos de lei na Assembleia da República para alterar aquela situação, sabendo que seria muito difícil a sua



alteração, razão pela retivera a expressão que, “As administrações portuárias eram um Estado no Estado”.

A administração portuária de Setúbal teve uma evolução muito positiva, no entanto, até poderiam dizer que haveria muita coisa ainda por fazer. A CDU estava na câmara desde janeiro de 2002 e há época a Câmara Municipal era da mesma cor política da administração portuária, porque foi nomeada pelo mesmo partido político, mas estavam de costas voltadas e continuaram de costas voltadas durante vários anos, mesmo depois da CDU ter ganho as eleições a situação era muito difícil.

Disse que a relação tinha evoluído e atualmente tinham uma relação de grande proximidade, independentemente de cada um defender os seus interesses. Estabeleceram protocolos para que as áreas que não eram de uso portuário pudessem passar para a gestão municipal.

Recentemente decidiram a qual fora transmitida ao senhor presidente da administração portuária, de que a Câmara Municipal iria exercer o que estava estabelecido na lei relativamente à transferência das áreas que não tinham uso portuário para a Câmara Municipal.

Segundo a lei contactaram com os ministérios que tinham a competência para desencadear aquele procedimento, indicaram o representante da câmara para a respetiva comissão, bem como a APSS, a qual iria identificar as respetivas áreas, fazendo um percurso que não seria fácil e que iria levar algum tempo, mas que tinha como objetivo definitivo resolver o problema das áreas que não tinham uso portuário que passariam para a Câmara Municipal.

Disse que da parte do executivo existiam várias preocupações, muitas das quais o senhor Carlos Martins apresentou.

Em reunião de câmara trataram de matéria que estaria relacionada com os domínios do ambiente, tanto no que se referia ao plano de água como relativamente à frente ribeirinha, transferindo no essencial aquilo que foi o parecer da Câmara Municipal, o qual estaria a ser introduzido na respetiva plataforma, uma vez que se tratava do último dia para a discussão pública. Referiu que o documento da definição do âmbito tinha sido apresentado publicamente há cerca de 2 anos e por razões relacionadas com um entendimento da administração portuária, entidade que tinha a competência para prosseguir aquele processo teve uma dificuldade, mas recentemente chegaram à conclusão que seria da iniciativa da CCDR. Significava estarem perante uma iniciativa da CCDR de colocar à discussão pública aquele estudo, o qual definia um quadro de preocupações e os contributos que todos poderiam dar para a discussão pública deveriam ser considerados pela equipa técnica que ganhara o concurso para fazer o estudo de impacto ambiental. Quando o senhor Carlos referia que era qualquer coisa que passava despercebida a muita gente, se devia às novas formas que existiam, porque tudo aquilo funciona nas plataformas e só quem trabalhava nas plataformas tinha acesso à informação.

Segundo a lei, eram 30 dias de consulta, pelo que se teria de cumprir a lei e cumprir o procedimento. Quando se fazia a discussão pública com iniciativas que eram marcadas com a participa da população havia outro tipo de envolvimento.

Aquela discussão pública estaria relacionada com as questões ambientais, seguir-se-ia posteriormente o estudo de impacto ambiental que também iria à discussão pública, sendo mais uma oportunidade que todos teriam de participar na respetiva discussão.

Quando fosse feita a apresentação do projeto para a marina, certamente que teria que existir estudos urbanísticos e um plano de pormenor e nessa altura haveria outra oportunidade para outra discussão pública, para que todos se pudessem pronunciar.

Na realidade existiriam tempos próprios onde todos iriam ter possibilidades de se pronunciarem.

Embora tivessem algumas preocupações, estariam relativamente tranquilos às possibilidades que estavam abertas, ao poderem ter em várias fases daquele processo acesso à discussão pública e à participação.

Agradeceu as questões colocadas pelo senhor Carlos Martins, enquanto cidadão e como pessoa que estudava e conhecia aquelas matérias, tendo manifestado a sua preocupação em vários domínios. Aquilo que ficaria na ata, certamente que, quando os serviços tivessem de

se pronunciar sobre a próxima fase da discussão pública, haveriam de ter em conta os contributos dados em reunião de câmara.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

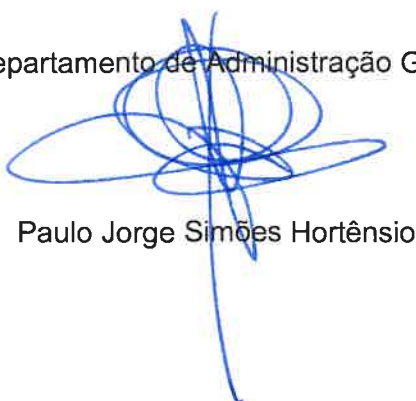
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 11 de dezembro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 55 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Aldora Poeira  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio